



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LINDAURA OLIVEIRA SOUZA**

**BIBLIOTECA PRISIONAL: IMPRESSÕES E EXPECTATIVAS DOS PRIVADOS DE  
LIBERDADE DO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA - BA**

**FEIRA DE SANTANA  
2024**

LINDAURA OLIVEIRA SOUZA

BIBLIOTECA PRISIONAL: IMPRESSÕES E EXPECTATIVAS DOS PRIVADOS DE  
LIBERDADE DO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima

Feira de Santana – BA

2024

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

Souza, Lindaura Oliveira  
S716b Biblioteca prisional: impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana - BA / Lindaura Oliveira Souza. - 2024. 116 f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

1. Biblioteca prisional. 2. Privados de liberdade. 3. Leitura. 4. Processo de ressocialização. I. Lima, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 027.6:028



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976

Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986

Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004

Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

## LINDAURA OLIVEIRA SOUZA

**"BIBLIOTECA PRISIONAL: IMPRESSÕES E EXPECTATIVAS DOS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA - BA".**  
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Currículo, formação e práticas pedagógicas, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 06 de agosto de 2024

*Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima*

Prof/a. Dr/a. Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima Orientador/a – UEFS

*Andrea Betânia da Silva*

Prof/a. Dr/a. Andrea Betânia da Silva Primeiro/a Examinador/a – UNEB

*Selma dos Santos*

Prof/a. Dr/a. Selma dos Santos Segundo/a Examinador/a – UEFS

**RESULTADO: APROVADA**

Av. Transnordestina, S/N – Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia – Brasil

Home Page: <http://www.ppge.uefs.br/> / E-mail: [ppge@uefs.br](mailto:ppge@uefs.br) / Telefone: (75) 3161-8871

Ela é tão livre que um dia será presa.

Presa por quê?

Por excesso de liberdade.

Mas essa liberdade é inocente?

É. Até mesmo ingênua.

Então por que a prisão?

Porque a liberdade ofende.

Clarice Lispector (1978, p. 66)

(...)Quem quer dizer o que sente

Não sabe o que há de dizer.

Fala: parece que mente...

Cala: parece esquecer... (...)

Fernando Pessoa

## **AGRADECIMENTOS**

E, nesse momento, não poderia me calar. É preciso AGRADECER...

À Deus, por me permitir vencer medos, enfrentar os desafios e concluir mais essa etapa.

Aos meus filhos, Julia e Pedro, que souberam lidar com os desesperos tecnológicos e compreenderam os momentos ausentes.

A todos os colegas de mestrado, pela amizade, parceria, companheirismo e pela singularidade de cada um.

À minha amiga Letícia, que colaborou com suas críticas, soluções, incentivo e apoio nas horas complexas. “BORA AMIGA! VAMOS METER MÃO”.

À banca de qualificação e defesa, pelo aceite e por contribuírem, com seus apontamentos, observações, sugestões desse processo de confecção do saber científico.

À Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima pela orientação, disponibilidade e presteza em me auxiliar no desenvolvimento de cada etapa do trabalho.

Aos sujeitos da pesquisa, os privados de liberdade, pela confiança de fazer ecoar as suas vozes e contribuição para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

A biblioteca é um espaço de muitos aprendizados. Reúne acervos diversos e contribui para formar leitores, tornando-os dotados de conhecimentos, habilidades, autonomia e olhar crítico. Especificamente nas bibliotecas prisionais, estas desempenham um importante papel de atender a um público privado de liberdade e, portanto, apresentam desafios mediante as complexidades de experiências inseridas nas penitenciárias. Na presente pesquisa proponho investigar qual o papel da biblioteca prisional enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. Como objetivo geral analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização, a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS). A pesquisa é de natureza qualitativa e tem caráter bibliográfico e estudo de caso. A metodologia utilizada é o estudo de caso, ancorada nos estudos de Yin (2001), e nas discussões de Marconi e Lakatos (2009). Como estratégias de geração de dados optamos pela observação participante e entrevistas semiestruturadas. Como fundamentação teórica sobre biblioteca adotou-se os autores Petit (2008, 2013), Milanesi (1998) e Colares e Lindemann (2015). A fundamentação teórica sobre educação em prisões está pautada em Julião (2019 e 2022) e Onofre (2013 e 2022). As discussões sobre leitura fundamentaram-se em Jouve (2002), Lajolo (1982 e 2000), entre outros. Os dados alcançados apontam a importância da biblioteca na democratização e disseminação do conhecimento e, assim colaborar para que o privado de liberdade tenha oportunidade de transformar sua realidade. A pesquisa busca contribuir nas discussões sobre biblioteca, leitura e ressocialização.

Palavras-chave: Biblioteca Prisional; privados de liberdade; leitura; processo de ressocialização.

## **ABSTRACT**

The library is a space of multiple learnings. It gathers diverse collections and contributes to the formation of readers, making them endowed with knowledge, skills, autonomy, and a critical eye. Specifically in prison libraries, these play an important role in serving a public deprived of freedom and, therefore, present challenges given the complexities of experiences inserted in penitentiaries. In the present research, I propose to investigate the role of the prison library as a space for access to information and citizenship. The general objective is to analyze the contribution of the library to the resocialization process, based on the impressions and expectations of the deprived of liberty of the Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS). The research is qualitative in nature and has a bibliographical character and a case study. The methodology used is the case study, anchored in Yin's studies (2001), and in the discussions of Marconi and Lakatos (2009). As data generation strategies, we opted for participant observation and semi-structured interviews. As a theoretical foundation on the library, the authors Petit (2008, 2013), Milanese (1998) and Colares and Lindemann (2015) were adopted. The theoretical foundation on education in prisons is based on Julião (2019 and 2022) and Onofre (2013 and 2022). The discussions on reading were based on Jouve (2002), Lajolo (1982 and 2000), among others. The data obtained point to the importance of the library in the democratization and dissemination of knowledge and, thus, help to ensure that the deprived of liberty have the opportunity to transform their reality. The research seeks to contribute to the discussions on libraries, reading, and resocialization.

**Keywords:** Prison Library; deprived of liberty; reading; resocialization process.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conjunto Penal de Feira de Santana – Fachada .....	70
Figura 2 - Conjunto Penal de Feira de Santana – Administração .....	70
Figura 3 - Localização do Conjunto Penal de Feira de Santana .....	71
Figura 4 - Fachada da escola onde está situada a biblioteca .....	72
Figura 5 - Pavilhão 1 .....	72
Figura 6 - Biblioteca Paulo Freire – CPFS .....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos metodológicos adotados em relação aos objetivos específicos da pesquisa .....	27
Quadro 2 - Perfil dos participantes da pesquisa .....	69
Quadro 3 - Quantidade de leitores e de livros emprestados por faixa etária .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	-	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	-	Constituição Federal
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CNJ	-	Conselho Nacional de Justiça
CONFINTEA	-	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CPFS	-	Conjunto Penal de Feira de Santana
CTIFS	-	Colégio de Tempo Integral de Feira de Santana
DEPEN	-	Departamento Penitenciário Nacional
DUDH	-	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFOPEN	-	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
INL	-	Instituto Nacional do Livro
LDBN	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	-	Lei de Execução Penal
MEC	-	Ministério da Educação
PEESP	-	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
SCIELO	-	Scientific Electronic Library Online
SEAP	-	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	-	Secretaria Estadual de Educação
SISDEPEN	-	Secretaria Nacional de Políticas Penais
UEFS	-	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UNEB	-	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>TECENDO IDEIAS INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O CAMINHAR E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO PRISIONAL: PANORAMA DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>Breve Histórico da Educação Penal.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>A História da Educação nas prisões baianas.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3</b>	<b>Educação Prisional em Feira de Santana .....</b>	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>DA HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS ÀS BIBLIOTECAS PRISIONAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>LEITURA NO CÁRCERE.....</b>	<b>62</b>
<b>6</b>	<b>ECOS DO CÁRCERE: IMPRESSÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A BIBLIOTECA PRISIONAL PELOS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CPFS .....</b>	<b>68</b>
<b>6.1</b>	<b>Lócus da pesquisa e lugar de ressignificação.....</b>	<b>70</b>
<b>6.2</b>	<b>Refúgio literário: A Biblioteca no Conjunto Penal .....</b>	<b>73</b>
<b>6.3</b>	<b>O funcionamento da biblioteca: Entre grades e páginas .....</b>	<b>79</b>
<b>6.4</b>	<b>Leitura no cárcere: Palavras que libertam.....</b>	<b>85</b>
<b>7</b>	<b>TECENDO IDEIAS (IN)CONCLUSIVAS .....</b>	<b>96</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..</b>	<b>110</b>
	<b>.....</b>	
	<b>ANEXO A – ESTATÍSTICAS DE EMPRÉSTIMO 2017 - 2022.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO B – CONTROLE DE EMPRÉSTIMOS DE LIVROS DA BIBLIOTECA .....</b>	<b>116</b>

## 1 TECENDO IDEIAS INICIAIS

As práticas educacionais formais de ensino e aprendizagem não se limitam a atender apenas ao público infantil e adolescente, atende também aos jovens e adultos que participam da sociedade letrada e precisam de uma educação institucionalizada para validar o que aprenderam ao longo de suas vidas. É basilar a premissa de que a educação é um direito reconhecido pela Constituição e ratificado em documentos internacionais assinados pelo governo brasileiro. No entanto, é notório que o cumprimento deste direito é negligenciado, sobretudo se voltarmos o olhar para os grupos sociais historicamente excluídos. Mas essa realidade pode ser transformada se acreditarmos que a educação pode libertar os sujeitos e alargar os horizontes da mentalidade humana.

No cárcere, o acesso à informação e a educação é garantido por lei, entretanto a realidade do sistema prisional brasileiro é complexa e permeada por empecilhos que dificultam a efetivação dos direitos pertinentes ao grupo que ali se encontra. Se por um lado há enraizada a ideia da punição pura e simples, por outro lado há a atuação dos movimentos sociais, pesquisadores e militantes que questionam a lógica do encarceramento e o sistema prisional, contextualizam a marginalidade e a marginalização, a partir de uma perspectiva interseccional, reivindicam a criação de políticas afirmativas que assegurem aos encarcerados o direito ao trabalho, a educação e a saúde, com o objetivo de qualificar e orientar esses sujeitos para a ressocialização. Vale ressaltar que, o acesso à educação e ao trabalho oportuniza ao encarcerado o direito à remição da pena.

A remição é um instrumento capaz de modificar a temporalidade da pena de prisão, podendo diminuir a quantidade de tempo passado atrás das grades. A remição pelo trabalho foi instituída pela Lei nº 7.210/1984. Em 2011 a Lei 12.433 provocou alterações nos artigos 126, 127, 128 e 129 da LEP e estendeu esse benefício aos que estavam em privação de liberdade cautelares e aqueles em livramento condicional, bem como além do exercício de atividade laboral o estudo contribua para a diminuição da pena. As atividades laborais e de estudo podem ser cumuladas desde que compatíveis.

A contagem tem por base a cada três dias trabalhados um dia remido. Já na remição pelo estudo, a cada 12 horas de frequência escolar entendidas como atividade de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, subdivididas

em pelo menos três dias, terá a pessoa com privação de liberdade remido um dia de sua pena.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir 26 de novembro de 2013, prevê a remição de pena também pela leitura. Para ter direito à antecipação da liberdade através da leitura, o privado de liberdade precisa seguir uma série de critérios e comprovar por meio do relatório tal ação. A resolução estabelece o máximo de 12 livros lidos por ano e 48 dias a serem subtraídos neste mesmo prazo. Tais especificações estão previstas na Recomendação CNJ nº 44/2013, a qual em seu inciso V, apresenta como objetivos:

V – Estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP – arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos: necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva (Brasil, 2013).

Em 10 de maio de 2021 a nova Resolução do CNJ (nº 391/2021) não apenas revogou a Recomendação nº 44/2013, como também avançou no sentido de defender a universalização do direito à remição da pena, ampliando significativamente as modalidades de atividades. Nesta, as práticas sociais educativas formais/tradicionais foram equiparadas às práticas educativas não tradicionais, informais, artísticas, culturais garantindo o direito à remição de pena para todas “as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou lista prévia de títulos autorizados” (Brasil, 2021a, p. 5). Vale ressaltar que, a aplicabilidade desta Recomendação está diretamente ligada às questões estruturais das penitenciárias, pois é necessário ofertar as condições adequadas para que haja a efetivação dela.

A resolução supracitada além de ampliar as possibilidades da remição pela leitura também considera o ENEM e ENCEJA como geradores de remição para os internos que foram aprovados total ou parcialmente nestes exames.

**Parágrafo único** - Em caso de a pessoa privada de liberdade não estar vinculada a atividades regulares de ensino no interior da unidade e realizar estudos por conta própria, ou com acompanhamento

pedagógico não-escolar, logrando, com isso, obter aprovação nos exames que certificam a conclusão do ensino fundamental ou médio (Encceja ou outros) e aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, será considerada como base de cálculo para fins de cômputo das horas visando à remição da pena 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino, fundamental ou médio, no montante de 1.600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1.200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio, conforme o art. 4º da Resolução CNJ 3/2010 do Conselho Nacional de Educação, acrescida de 1/3 (um terço) por conclusão de nível de educação, a fim de se dar plena aplicação ao disposto na Lei 7.210/1984, art. 126, § 5º. (Resolução CNJ 3/2010).

É importante compreender que essa recomendação visa modificar o uso do tempo durante o período de encarceramento, ampliando horizontes, oferecendo uma janela para o conhecimento e, rompendo com a lógica perversa do sistema disciplinar de punições e recompensas, tampouco se constitui como moeda de troca utilizada para garantir o frágil equilíbrio entre a gestão estatal e o contingente populacional. Propõe a leitura como uma estratégia de sobrevivência, deslocando esses sujeitos em condições tão adversas, de visível violação de direitos humanos, ao futuro com mais oportunidades. Ler permite conhecer outros lugares, modos de enxergar o mundo e de vivenciá-lo.

E, a biblioteca aparece como uma instituição fundamental para cumprir tais objetivos, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao seu público. São espaços que capacitam para desenvolvimento cognitivo e crítico, estas podem ser compreendidas como fornecedoras de recursos de caráter formativo e conseqüentemente de transformação subjetiva e coletiva.

Segundo Freire (2003), “para que todos os indivíduos passem a cidadãos, é necessário que a eles sejam oferecidas ferramentas para que se desenvolvam”. O conceito de cidadania foi gestado com o objetivo de garantir que todos os seres humanos tenham dignidade em sua vida. O autor defende uma ideia que dialoga completamente com os conceitos de Cidadania e Direitos Humanos, de modo que entende, enquanto existência plena, a oferta de condições capazes de desenvolver o indivíduo, como o direito à moradia, educação, liberdade, segurança, saneamento básico e trabalho. Em contrapartida, os indivíduos devem praticar a cidadania a partir do cumprimento das leis.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), foi promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, e inaugura a discussão em âmbito internacional sobre o reconhecimento e a necessidade de garantir a todos o exercício dos direitos humanos fundamentais. Tal documento é o saldo de reflexões feitas pós Segunda Guerra Mundial sobre as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários. Segundo Sorto (2008), para chegar na concepção atual, a DUDH centrou-se nos preceitos de dignidade, igualdade e proteção humana, esclarecendo sobre a necessidade de oficializar sua importância frente aos desrespeitos e desprezo à consciência da humanidade. Diante disso, a universalização dos direitos humanos compreende todas as pessoas, independente do contexto que estão inseridos, conforme Artigos 1º e 2º:

Art. 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Art. 2º: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania [...] (DUDH, 2009).

Naquilo que diz respeito às pessoas privadas de liberdade, a DUDH, assinala em seu Artigo 5º que, “ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes [...]”. Tal compreensão deixa explícita a necessidade de reconhecer que a privação de liberdade não destitui o indivíduo que adentra o sistema penitenciário o direito à dignidade humana preservada e de retornar a vida em sociedade. Assim, a DUDH, garante que este tenha direito a personalidade jurídica, bem como o reconhecimento e a preservação de seus direitos humanos fundamentais, dentre eles a educação como uma possibilidade de expansão da personalidade humana, além de defender que a inserção de práticas educativas colabora para uma melhor compreensão dos direitos.

A leitura configura-se como importante instrumento de melhoria na qualidade de vida no cárcere, posto que auxilia estes indivíduos a enfrentarem eventuais adversidades que possam surgir, tal como os momentos de raiva, tristeza e solidão.

Contudo, não atribuímos à leitura a função salvacionista, como se o acesso a mesma fosse capaz de dar conta de viver em prisões. Entretanto, conforme Nobrega (2014), durante a leitura constrói-se sentidos, não como delírios, mas como resultado das reflexões que o texto possibilita. Em diálogo com Freire (2013), para que as atividades ligadas à leitura funcionem, faz-se necessário a existência de uma biblioteca, dotada de condições legais, profissionais capacitados e qualificados e provida de livros e demais recursos necessários.

A inserção da educação no sistema prisional brasileiro significou o avanço na garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, avanço este que demarca o entendimento do Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual reconhece todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Desta forma o estabelecimento da igualdade e da dignidade da pessoa humana constituiu-se como um dos pilares tanto da Constituição Federal, como da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo a última de extrema importância, haja vista que políticas criminais, a exemplo da Lei de Execução Penal nº 7210/ 84 (LEP) que se pauta nos princípios de um sistema mais humanizado e reintegrador.

Conhecer um pouco mais sobre as políticas prisionais voltadas à democratização da informação motivou a investigação dessa pesquisa, despertando meu interesse sobre a dinâmica da biblioteca “atrás das grades”. Mais detidamente, importa saber qual o papel da biblioteca prisional enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. Compreendendo o importante papel social e de formação cidadã das bibliotecas, percebe-se uma lacuna e o escasso debate acerca dessa temática, optou-se por lançar luz à discussão acerca das bibliotecas prisionais. Tais bibliotecas situadas dentro do cárcere ocupam um papel estratégico no que diz respeito ao incentivo à leitura, acesso à educação, a remição da pena e a ressocialização dos encarcerados, por trazer às mulheres e aos homens reclusos e reclusos, uma nova perspectiva de vivência social e abertura do mundo a partir da leitura.

Comumente, os termos reintegração sociais e ressocialização são usados como sinônimos, mas, não deveriam ser considerados como tal. A ressocialização consiste na transformação das pessoas em privação de liberdade em privação de liberdade por parte da instituição prisional, cuja função é transformar o modo de ser e

o comportamento do indivíduo, como condição para ser aceito pela sociedade. Conforme Ribeiro (2008, p. 95), a LEP compreende a ideia de ressocialização como um direito do interno de participar ou não das atividades propostas, respeitando assim a sua personalidade e sua integridade moral. Conforme a Constituição Federal, qualquer pessoa privada de sua liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente a todo ser humano.

A reintegração social significa a relação entre a pessoa com privação de liberdade e a sociedade, cuja finalidade não consiste na transformação ou adequação desse sujeito. Para Baratta (*apud* Braga, 2014, p. 352) “a reintegração constitui uma “via de mão dupla”, a abertura de um processo de comunicação a partir do qual os privados de liberdade possam se reconhecer na sociedade e está possa se reconhecer na prisão, sendo que ambos têm responsabilidade por esta aproximação”.

As bibliotecas podem ser um agente disseminador da informação para os indivíduos para que eles possam a partir dela construir seus conhecimentos e ampliar a visão do mundo e quiçá de si mesmos. Nessa perspectiva, o acesso à biblioteca permite aos privados de liberdade uma utilização mais proveitosa de seu tempo, como também possibilita ampliar o seu desenvolvimento pessoal e obter conhecimentos gerais que contribuam para aliviar a tensão do cárcere, visto que,

As bibliotecas, enquanto lugares de memória, tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis. São instituições que nos permitem, por intermédio de seus acervos, acessar as experiências comuns a toda humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular. (Silveira, 2010, p. 79).

No mundo contemporâneo, com a introdução das tecnologias de informação e comunicação, as bibliotecas passaram a ter seus serviços automatizados, obras digitalizadas, bases de dados on-line para comunicação com outras bibliotecas. Porém, continua sendo o local onde se experimenta a leitura de entretenimento, o estudo, a pesquisa, a informação e o lazer; além disso, é guardião da informação materializada em diferentes tipos de textos e seus respectivos suportes, para que se possam formar leitores mais conscientes e críticos. Parafraseando Paulo Freire (1979) a leitura de um livro pode alterar o rumo da vida de uma pessoa, e sendo a sociedade

feita de pessoas, então a literatura pode mudar a sociedade. Não há como discordar de Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e livros” sendo ele físico ou digital.

Sendo assim, qual o meu interesse no tema “Biblioteca”? Enquanto pesquisadora, pondero que trazer resposta a este questionamento é um caminho apropriado para explicar o quanto considero válido problematizar o tema. Para tanto, faz-se necessário fazer uma breve retrospectiva da minha vida.

Nascida e criada em território rural, os únicos livros que tive acesso eram livros didáticos. Estudei o primário na Escola Estadual Fernando Wilson Magalhães e o ginásio na Escola Cenecista Santo Antônio, ambos no distrito de Argoim, Rafael Jambeiro-Ba onde morava.

Fiz o curso de Magistério na Escola Estadual José Vicente de Lima no município de Castro Alves-Ba, pois, o recém-emancipado Rafael Jambeiro só tinha até a oitava série. Nenhuma das escolas que estudei na Educação Básica tinha biblioteca nem sala de leitura. Conclui o Ensino Médio em 1988 e logo em 1990 iniciei à docência como professora de Educação Infantil contratada pela Prefeitura Municipal de Rafael Jambeiro.

No ano seguinte, após aprovação no concurso público estadual fui nomeada professora para mesma escola que estudei o primário, a Fernando Wilson como era chamada carinhosamente. As minhas professoras, Dora e Bete, as únicas professoras do primário, passaram a colegas de trabalho. Três anos depois, após alteração de carga horária de 20 para 40 horas fui lecionar no ginásio e em 1996 no curso de Magistério na mesma escola.

Quando cheguei à escola Fernando Wilson como professora, parece que o tempo não tinha passado. Tudo parecia igual. A mesma infraestrutura precária. Não tinha sanitário, o mobiliário era preto, as cadeiras sentavam duas crianças. A leitura ainda era exclusivamente as lições do livro didático que as crianças tinham que ler em voz alta para a avaliação da professora. A falta de livros e incentivo da leitura me incomodava e comecei a comprar livros e montei “o cantinho da leitura”. As crianças usavam na sala e podiam pegar emprestado e levar para casa.

Nesse período, já assalariada, tinha algumas literaturas clássicas que comprava em uma revista que uma amiga vendia (não recordo o nome da revista). Lembro o primeiro livro que li: O caso da Borboleta Atíria, de Lúcia Machado de

Almeida, emprestado pela amiga Marli. Sua irmã trabalhava em Salvador e era comum trazer alguns livros para os irmãos. E, também colecionava a revista Capricho. Também fui assinante das revistas Veja e Isto É, eram as revistas de maior circulação na época.

Meu primeiro contato com uma biblioteca foi na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XIII, em Itaberaba aos vinte e quatro anos de idade. Fiquei maravilhada. Nunca tinha visto tantos livros no mesmo lugar. Apesar de não receber o incentivo na escola ou em casa para ler e estudar, acabei descobrindo a biblioteca e todas as histórias que as suas estantes despreziosamente escondiam. A partir daí meu amor pela leitura e pela biblioteca escolar só cresceu.

Quando vim morar em Feira de Santana, trabalhei na Escola Estadual Uyara Portugal que tinha uma biblioteca com um acervo considerável, mas, como na maioria das escolas, não tinha uma pessoa preparada para catalogar, organizar e indicar livros para os poucos alunos que frequentam aquele espaço. O que parecia é que os estudantes não se sentiam pertencentes daquele lugar.

Hoje, professora do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana (CETIFS), atuando na escola anexo no Presídio Regional de Feira de Santana vivencio a mesma realidade. Uma biblioteca utilizada por nós professores como sala de vídeo, deixando a leitura e a pesquisa em segundo plano. E foram essas inquietações que me trouxeram até aqui. Das minhas observações diárias nasceu a vontade de compreender por que num ambiente tão adverso ainda existiam leitores ávidos pelo encontro com o livro. Este foi o mote que me levou a pesquisar sobre biblioteca na unidade prisional.

É importante contextualizar que a escolha desta temática surge das inquietações que já atravessavam minha vivência como professora mesmo antes de ingressar no sistema prisional em 2014. Tais inquietações, foram potencializadas, me impulsionam a querer entender a dinâmica da biblioteca prisional e investigar qual é o seu papel na ressocialização de pessoas em privação de liberdade e me levaram a formular a problemática que norteia esta pesquisa: Qual a importância da biblioteca do Conjunto Penal de Feira de Santana na ressocialização dos privados de liberdade? E o que os privados de liberdade dizem sobre ela?

Para efetivação desta dissertação e, conseqüentemente, responder aos questionamentos apresentados, tivemos como objetivo geral analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS) e dos demais sujeitos nela inseridos. E, para tanto, tracei os objetivos específicos:

- Investigar quais políticas, programas e leis foram formuladas para a implantação de bibliotecas prisionais;
- Descrever a organização do espaço da biblioteca, o acervo e sua disposição, os registros de empréstimo, as atividades propostas e as interações envolvendo os sujeitos da biblioteca;
- Conhecer as percepções dos privados de liberdade sobre a dinâmica da biblioteca no seu processo formativo e de liberdade;
- Compreender o papel da biblioteca na democratização do acesso à informação no processo de ressocialização dos privados e liberdade.

Ao longo desta dissertação, os termos utilizados serão bibliotecas prisionais, internos, pessoas em privação de liberdade e privados de liberdade por dialogar com os termos assim utilizados nas normativas que estabelecem a remição de pena pela leitura, conforme a Lei de Execução Penal (LEP).

Cabe ressaltar que, os estabelecimentos penais precisam garantir os direitos aos quais essas pessoas muitas vezes nem chegaram a ter acesso ao longo de sua vida, trazer alternativas para uma vida digna após o período de reclusão. Como um passo em direção a isso, o acesso à informação é imprescindível, e para isso é preciso que as bibliotecas estejam presentes nos presídios, e que o seu espaço seja preenchido com projetos de fomento à leitura, oficinas de letramento e de incentivo profissional.

Esta pesquisa está estruturada em seções, sendo a primeira delas esta introdução. Na seção 2, “O caminhar e o processo de investigação”, apresentamos a metodologia escolhida e o percurso da pesquisa. Em seguida, na seção 3, fizemos o panorama da educação prisional para jovens e adultos privados de liberdade, no contexto nacional, estadual e municipal. Na seção 4 é discutida a história das

bibliotecas. Dando continuidade à fundamentação teórica, na seção 5 discorreremos sobre a Leitura no cárcere. Na seção 6 relatamos as experiências vividas, fazendo ecoar as vozes dos sujeitos da pesquisa. E, por fim, tomando por base os dados obtidos expomos as considerações finais, onde procuramos demarcar nossa posição acerca do ponto em que se encontram, entre nós, na teoria e na prática, as questões envolvendo a biblioteca prisional e o acesso ao conhecimento.

## 2 O CAMINHAR E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Nesta seção “o Caminhar e o processo de investigação”, objetivamos apresentar os caminhos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. Com esse fim, buscamos construir um percurso de investigação coerente com o objetivo de estudo que delimitamos para a pesquisa aqui apresentada. Um dos desafios na realização de um trabalho de pesquisa é definir o caminhar que, academicamente pode ser traduzido como a metodologia que orientará o trabalho, que definirá o percurso metodológico que possibilitará produzir, tratar, organizar e interpretar os dados que darão corpo e densidade ao texto final. Em grande parte, o objeto de pesquisa, por sua natureza, se não determina, em grande parte influencia na escolha do arcabouço metodológico. As pesquisas podem ser norteadas para diversos caminhos, dependendo do objeto e objetivo do(da) pesquisador(a). Como explica Gamboa (2007, p. 46):

Quando investigamos, não somente produzimos um diagnóstico sobre um campo problemático, ou elaboramos respostas organizadas pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência e explicitamos uma teoria do conhecimento e uma filosofia. Utilizamos uma forma de relacionar o sujeito e o objeto do conhecimento e anunciamos umavisão de mundo [...].

Desta forma, o caminho direcionado pelos objetivos levou nossa pesquisa à investigação delineada como qualitativa, pois trabalha essencialmente com a questão mais humana do problema, propondo-se a analisar dados de natureza valorativa. Para Michel (2005, p. 33) a pesquisa qualitativa “[...] fundamenta-se na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos”. A fim de analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade e, também dos sujeitos nela envolvidos.

A escolha da metodologia utilizada, justifica-se por partir da investigação científica, pois foca no caráter subjetivo do objeto de pesquisa a ser analisado, estuda as suas particularidades e experiências individuais. Portanto, na pesquisa qualitativa, as respostas não são objetivas e a intenção não é a mensuração e contabilização de quantidades como resultados, mas sim conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo (Marconi; Lakatos, 2009). Segundo Goldenberg (1997, p. 18),

“os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, e por isso pressupõe uma metodologia própria”. Dessa forma, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas análises, o que torna o conhecimento do pesquisador parcial e limitado, e o objetivo da amostra produz informações aprofundadas e ilustrativas; seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de formular novas informações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. No contexto da pesquisa qualitativa, nossa investigação se encaminhou para o estudo de caso. Este tipo de investigação baseia-se em diversas fontes de evidências, que convergem em formato de triângulo, ou seja, a utilização desta estratégia de investigação qualitativa remete o desenvolvimento três proposições, a seguir: referências teóricas, coleta de dados e análise de dados (YIN, 2001). Ainda, sobre a caracterização do estudo de caso, discorre que:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos [...] O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepôr, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências (documentos, artefatos, entrevistas e observações) além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (Yin, 2001, p. 17).

O processo de geração de dados, aqui norteado, foi encaminhado para uma investigação com o propósito de construir dados, a partir da interação com os sujeitos e o contexto envolvido. Graue e Walsh (2003) contribuem para essa reflexão, quando afirmam que os dados não andam por aí à espera de serem recolhidos, mas eles provêm das interações do(a) investigador(a) num contexto local, por meio das relações estabelecidas com os participantes e das interpretações do que é importante para as questões de interesse.

A construção de dados envolve diferentes formas de registro e é preciso refletir sobre a utilização de algumas dessas formas. Ainda, conforme Graue e Walsh

(2003, p.149), a seleção dos instrumentos a serem utilizados é um detalhe importante, uma vez que garantem:

[...] que o processo de geração de dados abranja uma multiplicidade de perspectivas. Os instrumentos são coisas, coisa utilizada para auxiliar na descrição sistemática quer da medição, quer da narrativa. Um bom instrumento torna mais fácil um tipo particular de descrição sistemática.

No segundo momento lançamos mão da observação participante, pois possibilita ao(a) pesquisador(a) o contato direto com o fenômeno a ser estudado, a fim de obter informações sobre os sujeitos no próprio contexto e não com fatos isolados. Devido à interação do(a) pesquisador(a), no ambiente, este pode afetá-lo(a) ou ser afetado por ele.

Segundo André (1995), a observação participante permite que o(a) pesquisador(a) tenha sempre uma interação com a situação estudada, com os sujeitos envolvidos no estudo, bem como com uma maior aproximação com as experiências diárias, vivenciadas pelos sujeitos no universo investigado. A observação participante se constituiu como proposta de geração de dados que viabilizou analisar o contexto investigado.

Mesmo já conhecendo e frequentando o espaço da investigação, como professora, a posição de pesquisadora permitiu perceber eventos que antes passavam despercebidos, a partir de questionamentos, trocas, diálogos. Nesse momento da pesquisa, à medida que nos aproximávamos dos frequentadores da biblioteca, procurávamos uma postura de cuidado, com uma abordagem natural, informal, para não os influenciar e, nem mesmo, deixá-los constrangidos.

Neste trabalho, tivemos quatro observações no turno matutino, oposto ao turno de trabalho da pesquisadora, e alguns momentos no vespertino, entre uma aula e outra. Foi necessário a observação nos dois turnos porque o público é diferente. Os estudantes só podem frequentar a biblioteca no mesmo turno que estão matriculados.

Concomitante com o período das observações, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas que possui um esquema básico, e não foi aplicada rigidamente. Elas foram realizadas em horário, local e data, escolhidos pelos participantes, autorizado pela instituição (CPFS) e combinado com o agente penitenciário responsável. Por meio delas foi possível gerar alguns dados a respeito como informações sobre: nome, idade, gênero, escolaridade bem como, sua interação com a biblioteca e a leitura.

Como observamos, a entrevista semiestruturada é um dos instrumentos que permite ao(a) pesquisador(a) extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico. Recorremos a este instrumento devido à necessidade de gerar dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, bem como “[...] dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan; Biklen, 1994, p.134). A entrevista semiestruturada permite que o sujeito tenha mais liberdade para se expressar.

No segundo momento lançamos mão da observação participante, pois possibilita ao(a) pesquisador(a) o contato direto com o fenômeno a ser estudado, a fim de obter informações sobre os sujeitos no próprio contexto e não com fatos isolados. Devido à interação da pesquisadora, no ambiente, este pode afetá-la ou ser afetado por ela. Segundo André (1995), a observação participante permite que o(a) pesquisador(a) tenha sempre uma interação com a situação estudada, com os sujeitos envolvidos no estudo, bem como com uma maior aproximação com as experiências diárias, vivenciadas pelos sujeitos no universo investigado. A observação participante se constituiu como proposta de geração de dados que viabilizou analisar o contexto investigado. Mesmo já conhecendo e frequentando o espaço da investigação, como professora, a posição de pesquisadora permitiu perceber eventos que antes passavam despercebidos, a partir de questionamentos, trocas, diálogos. Nesse momento da pesquisa, à medida que nos aproximávamos dos frequentadores da biblioteca, procurávamos uma postura de cuidado, com uma abordagem natural, informal, para não os influenciar e, nem mesmo, deixá-los constrangidos.

Neste trabalho, tivemos quatro observações no turno matutino, oposto ao turno de trabalho da pesquisadora, e alguns momentos no vespertino, entre uma aula e outra. Foi necessário a observação nos dois turnos porque o público é diferente. Os estudantes só podem frequentar a biblioteca no mesmo turno que estão matriculados.

Como observamos, a entrevista semiestruturada foi um dos instrumentos que permitiu a pesquisadora extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitaram um trabalho bastante rico. Recorremos a este instrumento devido à necessidade de gerar dados que não podem ser encontrados em registros e fontes

documentais, bem como “[...] dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan; Biklen, 1994, p.134).

A entrevista semiestruturada permite que o sujeito tenha mais liberdade para se expressar. Freitas (2002) reforça a importância dessa perspectiva de entrevista, ao afirmar:

[...] Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social.

Outro momento da pesquisa foi a análise documental, não necessariamente nesta ordem, que é um processo no qual se realiza a seleção, tratamento e interpretação de informações localizadas em diferentes documentos. Segundo Jung (2004), a análise documental “visa formular uma base consistente de conhecimentos ao pesquisador, fornecendo a este, fontes subsidiárias para importantes aplicações referenciais”. Informações contidas em fontes primárias podem ser inéditas, portanto, a análise dessas fontes é fundamental ao processo de pesquisa e à formulação de novos argumentos científicos.

No caso desta pesquisa, trabalhamos com as fichas de registro de empréstimo de livros da biblioteca do CPFIS, em busca de indícios que esclarecem a relação dos estudantes com a leitura.

A fim de investigar e interpretar os dados, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2016), pois se constitui numa técnica de pesquisa que nos permitiu analisar os sentidos explícitos ou implícitos dos dados gerados. Para a autora, a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico. Na fase de análise e interpretação dos dados da pesquisa, a preocupação consistiu na objetividade das análises, na superação das incertezas e no enriquecimento das leituras. De acordo com Bardin (2016, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de

cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”.

De acordo com a autora, a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. A primeira fase pode ser identificada como fase de organização. Na segunda, fase de exploração do material, são escolhidas as unidades de codificação, decomposição ou enumeração. Na terceira fase, a inferência e a interpretação, na análise do conteúdo é denominada de tratamento da informação, a pesquisadora interpreta os resultados brutos procurando torná-los significativos e válido. O objetivo da pesquisadora é o sentido que se encontra por trás do apreendido.

Nesta pesquisa, os conteúdos obtidos por meio das entrevistas foram transcritos na sua íntegra. Com uma leitura minuciosa e cuidadosa, foram destacados os conteúdos que evocaram que responderam às perguntas iniciais da pesquisa e relacionados com a literatura disponível acerca do mesmo tema. Dessa forma, diante dos dados gerados e sendo estes de natureza qualitativa, exige-se deles uma análise de modo qualitativo; portanto, foram imprescindíveis várias ações para organizá-los. Para tanto, procedemos da seguinte maneira:

- Em relação as entrevistas, demos preferência as respostas do sujeito sobre o que gosta de ler; frequência que visita a biblioteca; quantidade de livros lidos; ambiente para a leitura; barreiras encontradas para a realização da leitura, importância da biblioteca.
- Com relação às observações da dinâmica da biblioteca, a intenção foi ver como acontecia os momentos de leitura, registro e empréstimo de livros, relação dos colaboradores da biblioteca com os leitores, as atividades desenvolvidas, bem como, o acervo.
- Sobre a análise documental, focamos nosso olhar para as fichas de registro de empréstimo, registro do acervo, documentos oficiais sobre o tema estudado.

Para uma melhor compreensão apresentamos os procedimentos de geração e análise dos dados, relacionando-os aos objetivos específicos, propostos por esta pesquisa.

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos metodológicos adotados em relação aos objetivos específicos da pesquisa

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Eixos temáticos</b>	<b>Estratégia de geração de dados</b>	<b>Estratégias de análise de dados</b>
Descrever a organização do espaço da biblioteca, o acervo e sua disposição, os registros de empréstimos, as atividades propostas e as interações envolvendo os sujeitos da biblioteca.	Estrutura da biblioteca	Observação participante Entrevista semiestruturada	Transcrição das entrevistas  Análise de conteúdo com definição de eixo temático
Conhecer as percepções dos privados de liberdade sobre a dinâmica da biblioteca no seu processo formativo e de liberdade.	Funcionamento da biblioteca	Observação participante Entrevista semiestruturada	Transcrição das entrevistas  Análise de conteúdo com definição de eixo temático
Compreender o papel da biblioteca na democratização e do acesso à informação no processo de ressocialização dos privados de liberdade.	Leitura no cárcere	Entrevista semiestruturada.	Transcrição das entrevistas  Análise de conteúdo com definição de eixo temático

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ressaltamos que os dados gerados pela pesquisa foram entrelaçados durante a construção do texto dissertativo.

### 3 EDUCAÇÃO PRISIONAL: PANORAMA DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

Para fins de contextualização desta pesquisa, percebemos a necessidade de fazer uma breve retomada de como se deu a implantação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil partindo dos marcos legais. A Constituição Federal (CF) de 1988, trouxe a educação como um direito social. No artigo 6º, garante:

São direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Brasil, 1988).

O Artigo 205, da CF, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e incentivada com a colaboração da sociedade. Esta iniciativa visa a qualificação para o trabalho, o desenvolvimento da pessoa e o exercício da cidadania. O referido artigo ressalta que a responsabilidade pela educação não cabe somente ao Poder Público, mas que é também de responsabilidade da sociedade como um todo, cujo papel é incentivar e contribuir para a efetivação deste direito de modo a minimizar a exclusão escolar.

No Artigo 206, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
  - III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (Brasil, 1988).

Assim, toda a população brasileira tem direito à educação gratuita, sendo assegurada, inclusive, aos que não tiveram acesso na idade adequada, ou estejam em privação de liberdade.

Entendem-se por pessoa privada de liberdade no sistema prisional os indivíduos maiores de 18 anos, custodiados em unidades prisionais. As pessoas privadas de liberdade, apesar da perda do direito de ir e vir, conservam seus demais direitos fundamentais, que deverão ser protegidos e garantidos pelo Estado, especialmente pelo fato de essas pessoas estarem legalmente sob sua custódia.

Destarte, o direito à educação está garantido na CF e por outros marcos legais. Entretanto, se analisarmos inciso por inciso à luz da educação para os privados de

liberdade veremos que a realidade não espelha a lei. O inciso primeiro fala da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Considerando a relação raça e cor dos privados de liberdade – negros e pobres - que condições lhes foi dada para entrar, permanecer e obter sucesso escolar? De acordo com uma pesquisa realizada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em janeiro de 2022, 909.061 pessoas estão inseridas no sistema carcerário brasileiro. Destes, 67,4% são negros, pobres e sem escolaridade, um aumento de 3,4% em relação a 2020.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), a população carcerária do Brasil é relativamente jovem. O percentual de pessoas presas entre 18 e 24 anos equivale a 19%, enquanto jovens entre 25 a 29 anos representam 24%, totalizando 43% da população carcerária. Ao comparar o número absoluto de jovens brasileiros ao número deles que está nos presídios, fica claro que a proporção de jovens encarcerados é muito expressiva.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2020, menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou têm um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões.

A Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984) prevê a educação escolar no sistema prisional. Em seu artigo 17, estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do privado de liberdade. O artigo 18 determina que o Ensino Fundamental é obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa. E o artigo 21 exige a implementação de uma biblioteca por unidade prisional, para uso de todas as categorias de reclusos e reclusas, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos e o inciso II expressa a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Mas, não é tarefa fácil porque a assistência educacional nesse espaço está relegada ao segundo plano, já que o foco principal ainda está no isolamento do indivíduo, fator também almejado pela sociedade. De acordo com Carreira (2009),

Os direitos humanos são universais (para todos e todas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e exigíveis frente ao Estado em termos jurídicos e políticos (Carreira, 2009, p. 10).

Para complementar o que dispõe a Constituição Federal (1988), em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96) que traz em seu Capítulo II a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Destaca-se a sua integração na Educação Básica, até com uma seção exclusiva para tratar sobre a EJA, modalidade específica para o público jovem e adultos. Ela considera as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade e diferença, um modelo pedagógico próprio. A EJA é voltada para o público jovem e adultos e deve dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados e pessoas com privação de liberdade.

Em 2018 a LDB foi atualizada pela Lei nº 13.632.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

O art. 38 não sofreu alterações. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 1996).

A EJA surgiu como política pública de reparo, é uma modalidade que trata do cidadão que historicamente teve seus direitos sonegados. A função reparadora é aquela que tem o caráter de instituir a garantia do direito à educação e, para além dela, à equidade social como sujeitos.

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento (BRASIL, 2000).

Ela resulta das injustas desigualdades sociais que alijou grande parte da população do acesso à direito, principalmente a educação.

Numa função equalizadora em si qualifica também a função reparadora ao fazer presente a noção de equidade, sem a qual a EJA corre o risco frequente de ser tratada de modo simplista e de se confundir com assistencialismo. Segundo o parecer nº 11/2000 escrito por Cury:

[...] A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (Cury, 2000, p.10).

Um dos compromissos da EJA, se não o compromisso, é a transformação social através da conscientização crítica dos sujeitos. Paiva (2019, p. 1152) ajuda a pensar sobre o sentido dessa função ao dizer que:

O Parecer não deixa dúvidas quanto ao que significa equidade, uma espécie de “dar mais a quem tem menos” para que se equalizem — ou pelo menos sejam diminuídas — as distâncias entre os sujeitos de direito e os sem direito, ou seja, os diferentes e os diversos. A igualdade, nesse caso, não resolve a desigualdade estrutural, se recursos e bens culturais são distribuídos de forma igual. Ao contrário,

mantém-se a desigualdade e permanece a distância entre os que têm e os que não têm.

A função qualificadora, articulada às anteriores, defende o caráter permanente da Educação e o seu sentido mais amplo, que transcende o ensino e o tempo da escolarização. Consta no Parecer supramencionado que:

[...] propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (Cury, 2000, p. 11)

Assim, corrobora para reconhecer-se a Educação como um direito que deve ser inalienável e cujas condições devem ser providas permitindo-se que, indistintamente, todos os sujeitos possam, a qualquer tempo, se qualificar pela educação escolar e, assim como, pelas outras possibilidades educativas de que as sociedades dispõem, mas acabam se constituindo privilégios para poucos frente às desigualdades de oportunidades.

As funções da EJA não podem ser tratadas de forma segmentada como etapas sequenciais, sucessivas, elas precisam ser consideradas simultaneamente. Seria um equívoco pensar que primeiro é necessário reparar, para depois equalizar e daí qualificar.

Um dos grandes desafios da EJA é tornar o ensino coerente e significativo mediado pela realidade em busca da transformação coletiva, propondo um projeto de Educação que esteja mais próximo às demandas que apresentam os sujeitos estudantes dessa modalidade de ensino, os jovens e adultos majoritariamente das classes populares, trabalhadores, vítimas da exclusão social a que foram submetidos pelas estruturas sociais que provocam desigualdades. Arroyo (2005) menciona que, “os sujeitos que compõem a EJA são jovens e adultos com rosto, com história, com cor, com trajetórias sociais – étnico racial, do campo e da periferia” (p. 22). Logo, a escola precisa atuar como espaço de reflexão sempre respeitando as diversidades, oferecendo muitas oportunidades consoante as capacidades e individualidades.

Seja de maneira formal ou não formal, a educação deve ter uma intencionalidade com vistas à emancipação social da pessoa por meio da construção e socialização de conhecimentos em diferentes espaços. Educação essa, que deve ser voltada para o desenvolvimento humano, possibilitando, assim, melhor convivência a estas pessoas, não apenas limitada à transmissão de conhecimento, mas um processo de aquisição de autonomia.

A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la como conhecimento, saber e discernimento. Em suma, a educação é o pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna. (Claude, 2005).

### **3.1 Breve Histórico da Educação Penal**

O sistema penitenciário brasileiro foi estabelecido a partir da adaptação dos sistemas penitenciários vigentes nos Estados Unidos e na Europa durante o final do século VIII até o início do século XIX. Antes disso, o Direito Penal era caracterizado por penas cruéis e desumanas, não havendo nesse período a privação de liberdade como forma de pena. Existia somente a custódia para impedir a fuga do acusado e para produzir provas mediante a tortura.

Em 1834 na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a primeira casa de correção brasileira, também chamada Casa de Correção da Corte, passo fundamental para tornar o novo império um “mundo civilizado”. Devemos levar em consideração a vigência da escravidão no Brasil que influenciou na implantação dos métodos punitivos. Foram associados aos regimentos penais prisão, suplícios e trabalho forçado até o final do século XIX.

No referido século houve algumas transformações do conceito de pena. Foi introduzido a educação como forma de tratamento e restauração social das pessoas em privação de liberdade. É curioso saber que a educação na prisão não é recente na história. É o que se pode encontrar nos regulamentos das Casas de Correção que funcionaram durante a segunda metade do século XIX (Vasquez, 2008).

A concepção de educação contida nos regulamentos das casas de correção da Corte, além de se preocupar com o letramento básico dos privados de liberdade, era

voltada para a formação da moral cristã. Naquele período, o cargo do professor era executado pelo capelão, sua função era zelar pela educação moral e religiosa das pessoas com privação de liberdade.

De acordo com Vasquez (2008), a importância da formação intelectual das pessoas em privação de liberdade como estratégia de reinserção social foi legado do Decreto nº 678/1850, que foi reformulado pelo Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882, trazendo novamente significativas considerações no que se refere à educação dos privados de liberdade instituídos na Casa de Correção do Rio de Janeiro:

Art. 281. A instrução escolar é confiada a um preceptor e dada simultaneamente aos presos, reunidos por classes na escola.

Art. 282. O ensino compreende: Leitura. Escripção. Arithmetica elementar. Noções rudimentares de grammatica.

Art. 283. A frequência da aula é obrigatória para os presos, sem prejuízo da disciplina do estabelecimento, e ficando salvas as dispensas concedidas pelo director.

Art. 284. O preceptor pôde excluir da aula o preso que proceder de modo inconveniente, comunicando ao director para a punição que a falta exigir.

Art. 285. O preceptor é ajudado pelo capelão no ensino de moral, religião e regras de civilidade (Brasil, 1882).

Esse decreto também exigia a construção de uma biblioteca no interior da casa de correção, destinada a leituras para a edificação moral e intelectual dos privados de liberdade. Assim, como podemos constatar nos artigos 286 a 289:

Art. 286. Haverá uma sala, onde à noite e à hora fixada pelo director se reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3ª classe da divisão criminal.

Art. 287. Nesta sala poderá haver uma biblioteca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os graus de intelligência e disposições morais.

Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo capelão ou outro empregado designado pelo director, em voz alta, acompanhada de instruções familiares áquelles que não puderem aproveitá-la individualmente.

Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de mau tempo ou de outras circunstâncias, forem suspensos os passeios (Brasil, 1882).

Este sistema fundava-se na crença da liberdade individual e, por isso, defendia um ensino carcerário moral e profissional em que eles se corrigindo freavam o ardor da própria degeneração. Estes decretos se comprometem, ainda que retoricamente, com a centralidade da pena enquanto artifício correcional, ela não é a pura imposição

de um duro castigo, mas o de um castigo com finalidade educativa. A linguagem jurídica aspirava a uma potencialidade educativa.

O regulamento da Casa de Correção estabeleceu o regime escolar simultâneo e confiou a escola ao preceptor que receberia o auxílio do capelão para o ensino de religião, de moral e regras de civilidade. Porém, até 1893, o capelão cônego Francisco Xavier Pinheiro acumulou as funções religiosas e escolares da instituição.

Segundo o regulamento, existiria na instituição uma sala para uso do capelão, nela funcionaria a biblioteca de livros amenos e edificantes. Os privados de liberdade da 3ª classe se reuniram nela nas noites de domingo, à hora fixada pelo diretor. O uso da biblioteca era uma vantagem concedida aos internos da 3ª classe. As pessoas em privação de liberdade das classes inferiores, só podiam usá-la nos dias de chuva, quando fossem suspensos os passeios no pátio.

A escola, não tem maiores pretensões senão instrumentalizar o privado de liberdade no mundo da leitura e da escrita, evidenciado pelo seu parco conteúdo. A informação sobre a biblioteca da casa demonstra uma preocupação com uma leitura simples, voltada para a edificação moral do privado de liberdade. Na mão de um religioso, a escola é uma catequese.

Em 1910 o novo regulamento suprimiu a parte religiosa e a instrução escolar ganhou um capítulo à parte. Ficou explícito que ela seria diária e após o jantar e o seu programa previa o ensino de leitura, escrita, aritmética, geografia do Brasil e história nacional. Em meados de 1950, foram editadas as Normas Gerais do Regime Penitenciário (Lei nº 3274/57), aceito como aquele que inaugurou a concepção de educação integral para a população carcerária (Vasquez, 2008).

Essas Normas Gerais do Regime Penitenciário foram sancionadas por Juscelino Kubitschek, e apresentavam termos como “educação moral”, “educação intelectual”, “educação física”, “educação artística” e “educação profissional” (Vasquez, 2008, p. 70). O objetivo seria o de incorporar no cotidiano do cárcere uma educação completa, sem restrições, o que não foi bem consolidado, por falta de uma organização técnica eficiente, o que se conecta com a realidade nacional de descaso com os presídios brasileiros.

Durante o Regime Militar (1964 a 1985) o sistema prisional brasileiro voltou a ocupar espaço nos debates públicos em função da violência e da tortura que

marcaram profundamente essa época. Período em que inúmeros estudantes, artistas, intelectuais e outros militantes foram aprisionados, torturados e assassinados por nutrir uma concepção oposta ao regime militar. Nesse período, muitos problemas “esquecidos” em relação ao Código Penal e Penitenciário Brasileiro vieram à tona nos debates políticos, resultando na reformulação de outro Código Penal que por sua vez trouxe significativas alterações nas normas gerais do regimento penitenciário. Tais alterações, segundo Vasquez (2008), trouxeram mudanças no modo de tratamento e assistência às pessoas em situação de privação de liberdade.

Em substituição a Lei nº 3.274/1957, a Lei de Execução Penal (LEP), Lei nº 7.210/1984, abriram-se portas para uma nova fase na história da execução penal do Brasil. Em seu artigo 1º, estabelece que a “execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Em tempo, o seu artigo 10º, regulamenta que é dever do Estado prestar assistência ao privado de liberdade objetivando a prevenção do crime e orientação do retorno à convivência social, entre outras medidas, da assistência educacional. No que se refere à formação intelectual (profissional e escolar) das pessoas em privação de liberdade a LEP determina que:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (Brasil, 1984).

A LEP, Lei nº 13.163/2015 corrobora com essas premissas

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos

destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Estes artigos reconhecem que o papel do sistema prisional é o de socioeducar, pois estabelece o compromisso com a segurança da sociedade e com a promoção da educação do privado de liberdade para o convívio social, visando sobretudo promover a garantia da instrução escolar e a formação profissional.

Em 19 de maio de 2010 foi aprovada a Resolução nº 02, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais que preconiza em seu artigo segundo:

Art. 2º As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança (BRASIL, 2010).

Esta orientação nacional é ratificada no Parecer do CNE/CEB 4/2010:

[...] para evitar que as políticas de oferta de educação nas prisões sejam pontuais, dispersas e destituídas de orientação pública”. Reforçando a ideia de que não existe no Brasil “[...] uma experiência homogênea nacional de educação nas prisões, nem existe uma política nacional para implementação da Lei de Execução Penal”. Nas mais diversas regiões do país, “[...] as experiências são diferenciadas, isoladas e não respondem a diretrizes político pedagógicas nacionais para os apenados. Necessita-se da implementação de ações como uma política de estado (Brasil, 2010, p. 7).

As Diretrizes Nacionais em seu inciso VIII do Art. 3º orientam que a oferta de educação para jovens e adultos deverá ser organizada de modo a atender as especificidades e as singularidades de tempo, de espaço e de rotatividade da população carcerária considerando a flexibilidade prevista no art. 23, da LDBEN-9394/96.

Continuando no contexto da EJA em prisões, deve-se atentar para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), ocorrida em 1997, em Hamburgo. Foi apresentada em seu Tema VIII “A educação para todos os adultos: os direitos e aspirações dos diferentes grupos”. (Declaração de Hamburgo Sobre Educação de Adultos, 1997). Nesse contexto, ampliando também o debate sobre o direito à educação para quem cumpre medida privativa de liberdade.

Desse modo, a educação no cárcere deve ter como propósito a humanização da prisão e a formação do privado de liberdade, visando a ressocialização no término da pena. Nesse espaço, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve objetivar tanto a escolarização como a educação não formal e a educação profissional, no intuito de contribuir na promoção social do privado de liberdade. Direito esse que não pode ser negado, nem visto como favorecimento, pois é garantido por Lei e deve ser assegurado pelo Estado.

Pereira (2011) conceitua e sinaliza para a intencionalidade dessa educação no sistema prisional brasileiro quando diz que:

Legalmente, a educação no cárcere é um tipo de educação de adultos que visa escolarizar, formar e qualificar pessoas temporariamente encarceradas para que, depois que cumpram o tempo de privação da liberdade, possam reinserir-se com dignidade no mundo social e do trabalho, já que essas pessoas, em sua maioria, têm baixa ou nenhuma escolarização. Nesse sentido, grande parte dessas pessoas presas necessita de uma educação ampla e diferenciada para que adquiram conhecimentos, saberes e práticas que lhes possibilitem a (re)construção de sua cidadania, se é que em algum momento de sua vida social e produtiva ela foi ou se sentiu cidadã. (Pereira, 2011, p. 40).

A educação no sistema prisional precisa reconhecer o privado de liberdade como sujeito de sua própria aprendizagem, valorizando a sua realidade, suas vivências, sua leitura de mundo, para que a aprendizagem seja elemento de ressocialização. Sobre isso, Ireland (2011) é taxativo:

A educação busca contribuir para a plena formação e a libertação do ser humano, enquanto o encarceramento visa privar as pessoas da convivência social normal e mantê-las afastadas do resto da sociedade. No entanto, ao perder a sua liberdade, a pessoa presa não perde o seu direito à educação e a outros direitos humanos básicos. Como componente fundamental do processo de ressocialização, a oferta de educação para a população carcerária – em geral, jovens com baixa escolaridade e precária qualificação profissional – não pode

se restringir à escolarização e precisa ser articulada com outras ações formativas e assistenciais (Ireland, 2011, p. 19).

Tomando-se como referência uma concepção dialética de educação (Freire, 1979, p. 66), se a Educação nas prisões estiver comprometida com valores que tenham em vista “uma educação que não descuide da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito”, esta deverá, já que o ato educativo tem condições para tal, distanciar-se da técnica penitenciária (Foucault, 1977) – que almeja a adaptação dos sujeitos ao cárcere, processo esse nunca pleno e integral – aproveitando-se das contradições que lhe são inerentes e consolidando o espaço escolar como ambiente de participação e diálogo, de construção de caminhos individuais e coletivos. Nesse sentido, tem razão Silva (2015, p. 47) quando diz que a educação em prisões tem como papel “ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas”. Bem como, levá-los à reflexão e ensinar a lidar com os conflitos e as contradições, contribuindo, assim, para que criem valores e deveres perante a sociedade. Esta mesma sociedade rejeita os egressos da prisão, os considera como marginais, bandidos de alta periculosidade, que violam as leis, com atos de violência. Mas é preciso levar em conta também e questionar quem são essas pessoas encarceradas e suas trajetórias de vida. Para Onofre (2007), esses sujeitos são:

Parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados dos seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os “pobres”, aqueles são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São, com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Por sua condição de presos, seu lugar na pirâmide social é reduzido à categoria de “marginais”, “bandidos”, duplamente excluídos, massacrados, odiados (Onofre, 2007, p.12).

Pesquisas (Pereira, 2011; Ireland, 2011; Julião, 2013; Onofre, 2013; Silva, 2015) mostram que o sistema prisional se constitui como um espaço em que grande parte da população não alcançou ainda o ensino fundamental e médio no período regular. Isso significa afirmar que a defesa pela educação escolarizada e não escolarizada é uma luta política no espaço da prisão e fora dela para que se concretize esse direito humano às pessoas em privação de liberdade.

Em 24 de novembro de 2011, foi lançado pela presidente Dilma Rousseff o Decreto nº 7.626 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP. Dentre outras normativas, determina que:

Art. 2º O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior. [...] Art. 4º São objetivos do PEESP: II – incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação; IV – fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional; VI – viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional. [...] Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, na execução do PEESP: II – promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais; IV – promover a capacitação de professores e profissionais da educação que atuam na educação em estabelecimentos penais (Brasil, 2011).

Conforme o decreto supracitado sobre o ensino escolar no sistema prisional, podemos observar maior preocupação com a formação dos profissionais da educação, incentivo aos privados de liberdade em programas e processos seletivos de ingresso na Educação Superior, bem como nos leva a compreender que a educação nos espaços prisionais deve atender aos interesses e necessidades dos estudantes privados de liberdade, na perspectiva da formação integral e formação profissional, considerando as experiências educativas informais e não formais, saberes e aprendizagens que possam ser ressignificadas e apreendidas.

Nesse contexto, insere-se a prisão, um ambiente marcado historicamente por uma realidade desumana, cruel e punitiva, que impõe à educação o desafio de possibilitar a escolarização das pessoas privadas de liberdade, uma vez que por motivos diversos não desfrutaram quando em liberdade e a educação se constitui como um direito assegurado por lei a todas as pessoas, inclusive as que cumprem penas

Hoje, o privado de liberdade tem mais um atrativo para frequentar a escola, a remição de pena. A prerrogativa da remição pelo estudo como possibilidade de pagamento de parte da pena durante a sua execução foi instituída no Brasil, pela Lei nº. 12.433 em 29 de julho de 2011.

Dessa maneira, a escolarização nas prisões para fins de remição de pena poderá ser ofertada no ensino fundamental, médio ou nas modalidades de qualificação ou requalificação profissional, à distância, desde que desenvolvidas em três dias de atividades e com reconhecimento e registro de frequência dos órgãos educacionais certificadores. Os dias remidos receberão um bônus e “[...] será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena [...]” (Brasil, 2011).

A remição, no entanto, nada mais é do que um direito do condenado de conseguir a diminuição da pena e garantir uma possível ressocialização na sociedade após o cumprimento da pena, através de trabalhos, estudos e/ou leitura. Aparentemente a legislação demonstra interesse em legitimar o direito à educação no contexto prisional como sendo primordial para além da punição daquele que transgrediu as regras sociais, mas, também a ressocialização do interno, ou seja, a oferta de assistências que almejam a preparação desse indivíduo ao retorno do convívio social. Educação esta, que deve ser pensada de um modo peculiar, pois o cárcere, deve ser visto como uma sociedade dentro de outra sociedade, com normas, disciplinas e códigos próprios. Segundo Adorno (1991) para compreender os sujeitos e esses espaços como peculiares é preciso reconhecer:

Rituais e normas institucionais, como sujeição a horários, a posturas, a normas violentas de convivência nas relações, que acentuam a incapacidade de lidar com a própria vida, liberando, em contrapartida, desejos de dependência e de passividade aliados à agressividade, os quais tornam os tutelados pelas prisões seres inabilitados para a retomadas de seus direitos civis em liberdade (Adorno, 1991).

Nesse viés, dadas as características da prisão e a situação social dos sujeitos que nela vivem, torna-se, portanto, imprescindível, a compreensão do espaço no qual a escola está inserida, a fim de estabelecer uma estratégia educativa que contemple a complexidade e a singularidade da instituição. Essa “sociedade” se organiza em função de regras e códigos, o que nos leva a supor que tais regras e códigos produzem efeitos perceptíveis na convivência diária desses indivíduos, nas suas concepções de realidade e em sua própria condição no âmbito da escola. Portanto, a escola, mesmo inserida na prisão, é considerada uma instituição com responsabilidades específicas, que se distingue de outras instâncias de socialização e tem identidade própria e

relativa autonomia. Relativa porque nessa ambiência, a segurança mostra-se como prioritária, ficando à frente de qualquer outra necessidade ou projeto.

A educação nesse espaço, muitas vezes hostil, deve promover mudanças, alimentar esperanças, sonhos e proporcionar oportunidades para que se tornem cidadãos empoderados, com melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas. É necessário “[...] adquirir habilidades individuais e desenvolver competências sociais que os habilitem a explorar as próprias potencialidades e a usufruir das oportunidades que a sociedade oferece”, conforme afirma Silva (2011, p. 112). Que tenham o conhecimento e a coragem para lutar pelos seus objetivos e que não sejam paralisados pelo medo e desespero e, a educação é a chave.

A educação no sistema prisional, assim como em outros espaços, não é apenas ensino, mas, sobretudo, desconstrução/reconstrução de ações e de comportamentos. Ela lida com pessoas dentro de um contexto singular e deve ser uma oportunidade para que as pessoas decodifiquem sua realidade e entendam causas e consequências dos atos que as levaram à prisão. Reeducação nada tem a ver com educação – não se trata de quebrar sua personalidade ruim e através de ações específicas construir um indivíduo que consiga se adequar às regras para um bom convívio (Onofre & Julião, 2013, p. 60).

Assim, a função da educação para privados de liberdade é instruir e possibilitar uma visão diferente do mundo, buscando novas formas de se reinserir na sociedade. Os encarcerados que têm acesso à escola dentro do presídio possuem mais chances de voltarem ao mercado de trabalho e se reintegrar ao convívio social. É então, através do ensino que essas pessoas em privação de liberdade encontram a oportunidade de se transformar, de lutar contra os estigmas.

### **3.2 A História da Educação nas prisões baianas**

As discussões sobre Educação nos sistemas prisionais brasileiros tiveram grande relevância entre os anos 2009 e 2010 quando foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), por meio da Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 (Silva; Moreira, 2011).

Uma consequência prática dessa normativa é a obrigatoriedade de que cada Estado da Federação tenha o seu Plano Estadual de Educação nas Prisões, de onde emerge, implícita ou explicitamente, o projeto político-pedagógico, cuja estrutura será analisada a partir dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996) e da Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7.210/1984) (Silva; Moreira, 2011, p. 90).

A Bahia, assim como nas demais Unidades Federativas do Brasil, iniciou os debates sobre educação nos presídios a partir do Decreto Presidencial da Presidenta Dilma Roussef nº 7626/2011, que criou o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). Essa medida visa ampliação da matrícula e oferta da Educação em Prisões em todo o território nacional. Anterior a este decreto a educação em presídio já acontecia e seguia a proposta da EJA.

Em dezembro de 2011, a Bahia promoveu o I Seminário Estadual de Educação em Prisões, que tinha como proposta: Discutir políticas públicas, no âmbito da intersetorialidade da Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade e estabelecer diretrizes para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões e propor ações que possibilitaram a construção a partir das Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, garantindo o direito à educação como princípio fundamental na implementação de políticas públicas nessa área (PEEP, 2012). Nesse ano, a população carcerária era de 514.600 pessoas com privação de liberdade, em junho de 2023 quando foi feito o último mapeamento das penitenciárias no país, esse número saltou para 834.874, segundo dados do SENAPPEN. Na Bahia, a população carcerária, nesse mesmo período era de 13.105 homens e mulheres. No Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS), segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, no primeiro semestre de 2024 a população carcerária é de 1885 sujeitos privados de liberdade. Percebemos que a população carcerária no Brasil, na Bahia e em Feira de Santana vem crescendo abruptamente. A população carcerária brasileira é a terceira maior do planeta em números absolutos. Perde apenas para Estados Unidos e China. O Brasil prende muito. Este encarceramento massivo corresponde a um perfil específico e seletivo da

população. Se fizermos uma avaliação rápida para conhecer este perfil,<sup>1</sup> constataremos que em sua maioria, é negra, pobre e jovem.

A situação brasileira é altamente preocupante e revela o descaso por parte da sociedade e dos mecanismos de segurança pública com esses grupos sociais. O ambiente é de extrema deterioração, não só das condições de infraestrutura, mas da dignidade humana. Como descreve Wacquant (2001), as prisões brasileiras são “campos de concentração para pobres” que mais se assemelham a empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais” do que instituições que servem para alguma função pena lógica (como reinserção).

A superlotação nos presídios é uma situação preocupante. O Estado falha em garantir o cumprimento da Lei de Execuções Penais. A lei diz que o privado de liberdade com ensino incompleto tem de estudar (apenas 11% estudam) e que o privado condenado é obrigado a trabalhar e aprender um ofício (25% das pessoas em privação de liberdade realizam algum tipo de trabalho interno ou externo), pensando na possibilidade de se reintegrar à sociedade. Assim, é fundamental que o Poder Público e a sociedade civil atentem para às causas e consequências do encarceramento em massa e que somente com políticas eficientes de acesso ao trabalho e educação nos presídios poderá se combater a reincidência no crime.

Neste sentido, começou, também na Bahia, as discussões para a construção de um plano de ensino específico para a educação em presídios. Esse Plano foi ancorado nas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional Criminais e Penitenciárias, da Lei nº 12.433/2011, que prevê a remição de pena pelo estudo e do Decreto nº 7626/2011 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional - PEESP. O Plano foi constituído coletivamente por representantes da SEC, a partir da composição da Superintendência da Educação Básica, Educação Profissional, Coordenação da EJA, do Programa Todos pela Alfabetização; representantes da SEAP, através da Superintendência de Ressocialização Sustentável e Diretoria de Integração Social; Representantes do Conselho Estadual de Educação/ Comissão da Educação de Jovens e Adultos; representantes de Unidades Prisionais.

---

<sup>1</sup> Outras questões referentes ao perfil não serão aqui abordadas em face da multiplicidade de variáveis a serem destacadas e que demandariam análises mais detalhadas.

Os Planos Estaduais de Educação nas Prisões apresentados como parte da proposição para obtenção de apoio financeiro, com vistas à ampliação e qualificação da oferta da educação nos estabelecimentos penais na Bahia ao longo desses anos, ficaram aquém do que fora proposto, assim como em outros Estados da Federação

No Estado da Bahia, o Sistema Penitenciário conta com um programa de escolarização que contempla a Educação Básica em todos os níveis na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e Curso Profissionalizante. O documento serve de referência para embasar a efetivação da educação nas Unidades Prisionais da Bahia. Coordenado pela Secretaria da Administração Penitenciária – SEAP e a Secretaria Estadual da Educação – SEC, traça também um perfil das Unidades Prisionais do estado da Bahia, quanto ao aspecto de oferta educacional dentro das unidades, bem como traz um Plano de Ação a partir de eixos: Gestão, Financiamento, Educação Formal, Educação Não Formal e Qualificação Profissional, Formação/Capacitação dos Profissionais, Atendimento à Diversidade e Inclusão, Certificação, Material Didático, Remição de Pena pelo Estudo e Atendimento às Crianças. Para cada eixo foi estabelecido Indicador Relacionado, Finalidade do Indicador, Meta, Cronograma, Estratégia para Alcance da Meta, Órgãos/Instituições envolvidas diretamente para que as metas sejam atingidas. Este plano já teve três versões, 2012, 2015<sup>2</sup> e 2020-2024, em elaboração, foi organizada por Eixos com uma participação mais ampliada. Esse Plano vem crescendo de uma proposta educacional para os egressos do Sistema Prisional e, diferente dos anteriores tem uma formação com representações de todos os segmentos e atores sociais da prisão.

Os Planos Estaduais de Educação nas Prisões apresentados como parte da proposição para obtenção de apoio financeiro, com vistas à ampliação e qualificação da oferta da educação nos estabelecimentos penais na Bahia ao longo desses anos, ficaram aquém do que fora proposto, assim como em outros Estados da Federação

Atualmente, a Bahia possui 20 unidades escolares, com um programa de escolarização que contempla a Educação Básica em todas as etapas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e cursos profissionalizantes. Sendo 14 Unidades

---

<sup>2</sup> Disponível em:

[http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_CEE\\_N\\_43\\_2014\\_e\\_Pa\\_recer\\_CEE\\_N\\_113\\_2014.pdf](http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_43_2014_e_Pa_recer_CEE_N_113_2014.pdf). Acesso em 16-06-024

de Ensino Estaduais e 06 Unidades Municipais, sendo 19 escolas de Vinculação e uma específica - Colégio Estadual Professor George Fragoso Modesto, com vínculo estadual que oferta EJA nos Tempos Formativos I, II e III.

Apesar do aumento na oferta de educação escolar no espaço da prisão na Bahia, ainda requer de ações efetivas na execução do Plano de Educação, a exemplo, uma organização curricular que atenda a especificidade da população prisional organizada de forma coletiva, alinhada com as Diretrizes e outros dispositivos legais que atenda aos alunos em todos os regimes (provisório, fechado, semiaberto e aberto), com uma formatação e tempo de atendimento considerando as especificidades desses regimes.

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN), em junho de 2022, havia 1983 privados de liberdade em atividades laborais, 7607 em atividades educacionais e 935 exercendo ambas as atividades simultaneamente. Nesse mesmo período, dados do INFOPEN, em todo o Estado da Bahia foi garantido a matrícula de 922 privados de liberdade na alfabetização, 1704 no Ensino Fundamental, 763 no Ensino Médio, 3 no Ensino Superior, 2684 em Atividade Complementar e 122 no Curso Profissionalizante. Além de 1409 em remição por estudo e esporte. Destes, 450 estão matriculados no Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana anexo no Conjunto Penal de Feira de Santana. Estão matriculados da alfabetização ao Curso profissionalizante. Esse número ainda é pequeno se considerarmos a quantidade de pessoas privadas de liberdade no CPFS. De acordo com dados da SEAP os 10 pavilhões ativos abrigam 1888 pessoas. Sendo 1.09 homens e 79 mulheres.

Apesar do aumento na oferta de educação escolar no espaço da prisão, ainda requer de ações efetivas na execução deste Plano, a exemplo, uma organização curricular que atenda a especificidade da população prisional organizada de forma coletiva<sup>3</sup>, alinhada com as Diretrizes e outros dispositivos legais que atenda aos alunos em todos os regimes (provisório, fechado, semiaberto e aberto), com uma formatação e tempo de atendimento considerando as especificidades desses regimes.

---

<sup>3</sup> Estão sendo realizadas reuniões com professores, gestores e alunos para discutir o Plano Estadual de Educação em Prisões. Disponível em: <http://www.seap.ba.gov.br/pt-br/dados/17>. Acesso em: 31 jul. 2024

A oferta de educação para homens e mulheres em privação de liberdade, tanto na condição de provisório quanto na de condenados, ou até mesmo para àqueles que cumprem medida de segurança, nos obriga a pensar a radicalidade da “especificidade própria” do seu tratamento consequente. De norte a sul do país, não se pode dizer que possuímos experiências homogêneas de educação em espaço de privação de liberdade. Em geral, são experiências bem distintas, com características particulares de acordo com a região e/ou unidade carcerária. Convivem no país experiências diversas: ensino regular; exame supletivo; projetos e programas de alfabetização diversos; atuação de organismos públicos e de organizações não governamentais etc. Enquanto alguns estados consolidam uma política fundamentada em princípios e metodologias, outros iniciam ainda os seus primeiros passos. (JULIÃO, 2019, p. 217).

A proposta curricular da rede estadual para a educação no sistema prisional também é organizada com base na política da EJA, como recomenda o Projeto de Lei nº 7.117, de 2017 em que propõe alteração na redação do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação de jovens e adultos para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais.

Art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 4º e § 5º: “Art. 37, § 4º A oferta de educação de jovens e adultos para pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais obedecerá a diretrizes nacionais e será realizada pelos sistemas de ensino em articulação com os órgãos responsáveis pela administração do sistema prisional. § 5º As ações, projetos e programas governamentais destinados à educação de jovens e adultos, incluindo o provimento de materiais didáticos, apoio pedagógico, alimentação e saúde dos alunos, contemplarão as instituições e programas educacionais dos estabelecimentos penais. (Brasil, 2017).

As políticas públicas para os privados de liberdade tiveram grandes avanços nos estudos e encaminhamentos políticos no país possibilitando a garantia do direito à educação. No entanto, a educação que promova a humanização dos alunos no cárcere, pautada na perspectiva de qualidade e igualdade, mesmo frente às singularidades do ambiente prisional, a educação se configura como possibilidade de transformação de uma sociedade invisível dentro dos muros das prisões que ainda está por acontecer a contento.

### 3.3 Educação Prisional em Feira de Santana

Enquanto instituição educativa, a escola na prisão, tem funções específicas que devem proporcionar ao aluno uma forma diferente de ver o mundo, além de ser uma ocupação e oportunidade de remir tempo, possibilita que eles se relacionem com o mundo externo. Desse modo a escola se torna um espaço no qual os privados de liberdade se sentem em atividade/ativos e podendo conversar com seus pares e com professores que confiam. Se sentindo mais seguros e valorizados, encontram na escola uma proximidade com o mundo externo.

Neste contexto complexo que ora tem a finalidade de punir, ora de ressocializar, a educação pode ser uma ferramenta utilizada para as pessoas que estão em conflito com a lei, desenvolva a cooperação, o respeito mútuo e que deve contemplar a reflexão crítica da realidade e o diálogo. Para Freire (1987), o diálogo é fundamental para a educação, “somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz de gerá-la. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.

O Colégio Estadual Paulo VI oferta educação escolar desde 1977, conforme Portaria 361 – Diário Oficial 17 e 18/01/87. Atualmente, em um novo prédio que foi inaugurado em 2024 e, com isso, a mudança de nome para Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana (CETIFS). A criação do Anexo I no Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS), iniciou em fevereiro de 2000 com a oferta de turmas no 1º grau, correspondente às séries iniciais. Nesse momento, a escola contava com 120 estudantes, sendo 100 do sexo masculino e 20 do sexo feminino, funcionando em dois turnos. Atualmente oferta Educação Básica na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), atendendo aos Três Tempos Formativos e Cursos Profissionalizantes e em três turnos <sup>4</sup>de ensino. Com um total de 36 professores e professoras efetivos da Rede Estadual de Ensino e com 205 estudantes, sendo 123 do sexo masculino e 62 do sexo feminino.

Segundo a atual gestora, após uma reunião com representantes da SEC, da SEAP, e o diretor do Conjunto Penal, a escola no Conjunto Penal iniciou em fevereiro de 2000. A então Escola Estadual Paulo VI foi escolhida para ter um anexo dentro do

---

<sup>4</sup> No ano de 2024 o Ministério Público não autorizou o funcionamento do turno noturno alegando falta de segurança.

presídio, segundo a diretora, pela proximidade, pois a escola está localizada no mesmo bairro e pela experiência já consolidada de trabalhar com alunos em vulnerabilidade social. O objetivo era trazer uma escola para dentro do presídio e criar condições favoráveis para os estudantes, sobretudo evitar preconceitos e discriminação do processo de ressocialização. Para que isso fosse possível, tornou-se necessário refletir sobre a documentação escolar, a exemplo de a escola possuir nome próprio, para evitar que o nome do presídio constasse nas documentações do estudante concluinte ou transferido.

A ala masculina já iniciou as aulas com prédio específico, contendo três salas de aula e um sanitário. Não havia cozinha e o lanche servido era industrializado, suco em caixa, achocolatado e biscoito. Quando o lanche era cozido precisava ser feito na sede e levado já pronto. Hoje, a escola tem oito salas de aula, dois sanitários para os alunos, um sanitário para professores e funcionários, biblioteca, sala para os professores e uma cozinha ampla com os equipamentos necessários.

A ala feminina, no entanto, não teve esse privilégio, um depósito foi adaptado para este público. A ausência de espaços adequados para as aulas trazia prejuízos evidentes ao processo educativo, tornando difícil a concentração das alunas devido à estrutura improvisada em meio a materiais velhos, empilhados. O espaço não tinha janela, ventilação e nem iluminação adequada.

Sabemos que para que ocorra a aprendizagem o espaço deve ser planejado de acordo com a faixa etária dos estudantes e oferecer estímulos adequados para que desenvolvam suas potencialidades da melhor maneira possível, pensando na sua formação completa como cidadãos. Sobre o assunto, Anísio Teixeira destacava a importância e a necessidade do prédio escolar para o sistema educacional, ele afirmava que:

Existe uma relação de causa e efeito, de meios e fins, entre o prédio e a instalação escolar, de um lado, e o programa e os fins da educação, de outro lado. Pelos prédios e instalações escolares e não pelas leis e regulamentos é que se pode conhecer o verdadeiro programa de ensino de uma localidade. Prédios e instalações fixam os limites e marcam as diretrizes de um sistema escolar (Teixeira, 1934).

Consoante a situação exposta, percebemos que para o sucesso do processo de ensino aprendizagem, há a necessidade de um espaço físico que propicie uma

cultura organizacional própria, proporcionando, ao educando e aos educadores um lugar agradável e prazeroso. Sendo assim, motivados pela insatisfação, o coordenador de ressocialização juntamente com os professores decidiu construir uma escola na ala feminina. Os professores e algumas empresas doaram material de construção e foi usada a mão de obra dos privados de liberdade. E, dessa forma, um antigo galinheiro foi transformado em escola. Foram construídas três salas de aula e dois sanitários. A partir de 2017, as mulheres em questão ganharam o direito de desfrutar de um ambiente adequado para a aprendizagem.

É de extrema importância que os estudantes se sintam confortáveis e contem com uma estrutura desenvolvida pensando em cada detalhe do aprendizado. Afinal, a escola é um dos lugares onde os alunos passam parte do tempo, portanto, para mantê-los estimulados, é necessário um ambiente acolhedor e capacitado para tal. Alguns estudos já comprovaram que condições desfavoráveis de conforto ambiental são causa de mau desempenho dos alunos. E, afirmam que as condições do ambiente, tais como a acústica da sala, a ventilação, temperatura e luminosidade, podem interferir, não somente no desempenho do aluno, mas também na saúde deles. Ao se considerar que o conforto térmico e o meio ambiente interferem no aproveitamento didático dos alunos em sala de aula, torna-se importante oferecer um ambiente adequado, de qualidade.

#### **4 DA HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS ÀS BIBLIOTECAS PRISIONAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Desde a Antiguidade a biblioteca vem ao encontro da necessidade do homem de guardar os conhecimentos e os registros da cultura, sendo ela considerada um local de preservação da tradição da memória coletiva da humanidade. Segundo Morais (2009), a história das bibliotecas está relacionada à própria História. Nesta seção serão abordados os tipos de bibliotecas existentes, de modo a contextualizar também o papel da biblioteca prisional.

Os primeiros registros de bibliotecas no Brasil foram a partir da chegada dos jesuítas. Os colégios de São Vicente e Salvador foram os pioneiros na aquisição de bibliotecas e seus acervos eram basicamente voltados para a catequese. Elas representam o passo inicial para a construção de uma memória da sociedade brasileira. Segundo Milanesi (1998) “os livros e as bibliotecas eram instrumentos que os incansáveis jesuítas usavam para reproduzir a sua verdade de salvação eterna e exploração eterna”.

Morais (2009, p. 30) afirma também que somente a partir dos fins do século XVI é que a biblioteca sofreu grandes transformações sociais e conseqüentemente acompanhou a evolução social e passou a gozar do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, respondendo às novas necessidades da época.

Com a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, a então capital do Brasil, começaram a aparecer alguns traços de uma sociedade leitora com a circulação de livros de literatura e equipamentos como tipografias, livrarias e bibliotecas. Em 1811 foi criada a Biblioteca Real a partir do acervo, que restou da Real Livraria de Lisboa, que após um terremoto e seguido de incêndio, o acervo foi trazido para o Brasil pela Família Real. Porém, somente em 1814 essa instituição foi aberta ao público. Posteriormente, após algumas mudanças de nome e endereço passou, enfim, a chamar-se Biblioteca Nacional (Andrade, 2009).

Segundo Milanesi:

A biblioteca Real era formada por milhares de livros. Foi instalada, inicialmente, no hospital da Ordem Terceira do Carmo, inaugurado em 1811. Três anos depois com 60.000 volumes foi aberta ao público. Após a Independência foi anexada ao patrimônio público, constituindo-se no acervo básico da Biblioteca Nacional (Milanesi, 1998).

Um marco importante na história das bibliotecas foi a inauguração da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, em São Paulo. Segundo Suaiden (2000) a partir da administração de Rubens Borba de Moraes, 1935 a 1943, a biblioteca foi reestruturada e passou por reorganização completa dos serviços técnicos, adoção de esquema de expansão bibliotecária, formação de pessoal habilitado e cooperação com outros institutos.

No século XX, a partir da realização da Semana da Arte Moderna, em 1922, a história das bibliotecas públicas parece ter uma reviravolta e, então, pensa-se na constituição de uma biblioteca mais voltada às necessidades da sociedade, mais orgânica, baseada no modelo e na escola norte-americana de biblioteconomia. Neste século, a informação passou a ser sinônimo de poder e status econômico e social. A sociedade, em constante mudança, cria instituições que lhes dão suporte ao mesmo tempo em que a impulsionam para frente.

No governo getulista (1951-1954) começa uma nova fase para as bibliotecas. Foi na Era Vargas que surgiu uma das instituições mais relevantes para as bibliotecas públicas, o Instituto Nacional do Livro (INL). Essa conjuntura originou um modelo conservador de bibliotecas, com acervo que buscava obras de valor e enobrecimento intelectual e moral, negligenciando as necessidades informacionais do cotidiano do trabalhador. Mais tarde houve a escolarização da biblioteca pública que segundo Oliveira (1994) essa transformação se deu pela mudança do paradigma da biblioteca pública a qual passa a ser vista pelo INL como uma fonte paradidática de apoio ao estudante.

Em 2005, foi instituído o Plano Nacional de Bibliotecas no Brasil. Esse plano afirma que são deveres de uma biblioteca selecionar, reunir, organizar e preservar os bens, produtos e serviços; disponibilizar informações e conhecimentos relevantes para alguém ou alguma coisa; com suas ações “contribuir para inclusão social e o desenvolvimento intelectual; estimular e promover a diversidade cultural [...] preservação do patrimônio intelectual e cultural [...] estabelecer redes de cooperação e empréstimo de materiais com outras instituições” (Brasil, 2008). Esse tipo de instituição faz a ligação entre a necessidade informacional de uma determinada pessoa e/ou grupo e a informação que procuram.

Com o advento da Sociedade da Informação, segundo Castells (1999) “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” que ecoa em novas possibilidades de troca, produção e armazenamento de informação. Assim, a biblioteca assume protagonismo na atual sociedade.

Com a democratização da informação assumida ao longo do tempo pela biblioteca fez surgir as diversas espécies de bibliotecas, diferenciadas, no entanto, por seus conceitos, funções, objetivos, serviços, estruturas, características e público-alvo alguns tipos de bibliotecas foram instituídos, tais como: biblioteca pública; biblioteca comunitária; biblioteca digital; biblioteca nacional; biblioteca universitária; biblioteca especializada; biblioteca escolar e biblioteca prisional.

Caracterizar o tipo de biblioteca envolve, também, perceber como está instituída a política de desenvolvimento de coleção do seu acervo, essa política deverá estar voltada para as necessidades de informações da comunidade que utilizará seus materiais (Silva; Silva, 2010).

A biblioteca pública tem por função oferecer serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção, assim como disponibilizar serviços e materiais específicos, bem como, dispõe ainda de documentos adequados às necessidades de todos sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. A biblioteca funciona como um espaço sociocultural, que destina produtos e serviços informacionais para a comunidade em geral e possui em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes. Por ter um público muito heterogêneo, o acervo deve ser o mais diversificado possível. Milanesi (1998) destaca que “A biblioteca pública exige um esforço coletivo fundamentado na ideia da utilidade, na construção de um bem para ser utilizado por todos indistintamente”.

A biblioteca pública, ao assumir seu papel perante sua comunidade, reconhece sua função social e tem como principal objetivo preservar e difundir o conhecimento no que se refere à cultura local, mas, incluindo principalmente, a própria comunidade do seu entorno, as suas funções e atribuições, sendo reconhecida e legitimada pela sociedade, uma vez que a biblioteca pública (Suaiden, 1995), dentre todos os tipos de bibliotecas, é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação quanto pela diversificação de seus leitores.

Além disso, ela também pode ser definida como um lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, considerando-a “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita” (Chartier *apud* Andrade, 2009).

A biblioteca comunitária se institui como local de busca, espaço de leitura, cultura e acesso à informação de sujeitos que, na maioria das vezes, não dispõem de outros espaços destinados a essas atividades. Almeida Júnior (2013) destaca que “[...] apesar da falta de um consenso amplo quanto à definição de bibliotecas populares e comunitárias, um item está sempre presente nas definições existentes: as classes populares” (Almeida Junior, 2013). Geralmente surgem da iniciativa popular, em reivindicação à escassez de espaços culturais e bibliotecas públicas nas comunidades e são gerenciados por uma pessoa “comum” como ato voluntário. Uma biblioteca criada pela comunidade e não para a comunidade.

Elas podem ainda ser consideradas uma instituição de memória e de interação de práticas de aprendizagens e de mudanças sociais. São formas de organização social, criadas para a produção, troca e registro de conhecimentos locais, gerando, a partir disso, uma memória social (Prado, 2009)

Quanto ao tipo de material, o acervo é majoritariamente composto por livros literários evidenciando o compromisso desses espaços com a formação de leitores e leitoras. Preservando a herança cultural, bem como valorizando a cultura local e proporcionando atividades de escrita e produção cultural. Geralmente encontramos este tipo de biblioteca nas periferias e zona rural.

A biblioteca digital é semelhante à biblioteca convencional. Ela combina a estrutura e a coleta da informação, tradicionalmente usada por bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática. Biblioteca digital é um conceito emergente. Ela pode usar material antigo convertido em digital, ou material novo, nascido digitalmente.

O armazenamento digital amplia as possibilidades de pontos de acesso a um determinado documento. Na versão on-line, não existe limitação de espaço para a ampliação do acervo, além de possibilitar o acesso simultâneo da mesma obra, sem que você precise aguardar a devolução do empréstimo de outra pessoa para acessar um determinado título. Além disso, não demandam deslocamentos e podem ser acessadas de qualquer lugar que haja internet ou, ainda, off-line, desde que você

tenha feito o download da obra, quando este recurso é permitido. Outra vantagem dessa modalidade de biblioteca é que não há prejuízos, como perdas, furtos e danos de livros.

A Biblioteca Nacional é a guardiã de acervos literalmente ricos, de peças raras e exuberantes. Uma das funções primordiais destas bibliotecas sempre foi a de preservação e difusão do patrimônio constituinte de seu acervo. Alguns autores defendem a importância e reconhecimento das bibliotecas nacionais como representantes legítimas da cultura de uma nação, contando com mais de 200 anos de história. A Biblioteca Nacional do Brasil situada na cidade do Rio de Janeiro é uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo e a maior da América Latina.

As bibliotecas universitárias ocupam lugar de destaque na sociedade atual. Sua abrangência e o papel que desempenham em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social estão diretamente relacionados à função da universidade na sociedade como agente catalisador e difusor do conhecimento científico advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes e discentes.

A história da biblioteca universitária brasileira, possui uma participação fundamental na disseminação da informação científica no Brasil na segunda metade do século XX, agregada a Universidade Pública, que se tornou um dos principais campos do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

A universidade brasileira não poderia existir sem uma biblioteca que desse suporte à investigação e à difusão da cultura. A biblioteca universitária se insere no contexto da Universidade, cujo objetivo é o ensino, a pesquisa e a extensão, como forma de geração de conhecimento e transmissão de conhecimento, no cumprimento de sua função educacional e cultural na sociedade. Elas “devem estar vinculadas à função da universidade, devendo possuir, ainda, um caráter educativo, informacional, social, econômico, político e recreacional” (Klaes, 1991).

A biblioteca escolar, como é entendida hoje, no Brasil, surge junto com as escolas normais. Antigamente era vista como lugar estático e pouco utilizado, um guarda-livros. Hoje, a BE assume um lugar de grande importância no contexto escolar, pois vai além de um espaço para a pesquisa e promoção da leitura, assume um espaço de múltiplas aprendizagens. A biblioteca escolar pode ser vista como um

recurso facilitador do desenvolvimento do processo de aprendizagem como é visto por Lourenço Filho

Ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...], ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a alternativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, por seu lado, será instrumento vago e incerto (Lourenço Filho, 1946).

Uma biblioteca não se constitui apenas com a presença de livros e sim, com a relação destes com os usuários. Na biblioteca especializada encontram-se obras específicas de alguma determinada temática. As bibliotecas especiais, conforme Beneduzi (2004), são o grupo mais heterogêneo das bibliotecas. No Brasil costuma-se utilizar o termo biblioteca especial quando se quer referir à biblioteca que se dedica a atender a um tipo diferenciado de usuário, que pode ser de idosos, cegos ou pessoas em prisões e hospitais, entre outros” (Beneduzi, 2004).

Ele ainda afirma que “existem algumas características pontuais e objetivas nas Bibliotecas Especiais”, sendo elas:

- I.O local onde estão situadas: hospitais, asilos, presídios;
- II.As limitações do campo a que se dedicam: voltadas aos pacientes, idosos ou presidiários;
- III.Tamanho: pequenas em relação ao espaço que ocupam.
- IV.Número de bibliotecários e coleção reduzida;
- V.Ênfase na função lúdico-educativa (Beneduzi, 2004).

Considera-se, portanto, a inserção de presídios dentro dos ditames da Biblioteca Especial e suas particularidades, tipificando-a como Bibliotecas Públicas Especiais. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), em seu art. 21º, o atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

Aqui, o conceito de biblioteca é compreendido como “espaço de vivência de práticas culturais de leitura e como equipamento pedagógico possível de contribuir para a formação de leitores” (Lima, 2017). Portanto, em diálogo com a autora anteriormente citado, reconhecidamente a biblioteca possui um papel fundamental na sociedade, qual seja o de contribuir com a educação da nação disseminando a informação a todos que dela necessitam.

Se tratando da biblioteca prisional, está se configura enquanto essencial para população carcerária, pois é a possibilidade de acesso ao conhecimento historicamente elaborado, assim como, por garantir o usufruto de direitos constitucionais, e dar a oportunidade para o encarcerado, de ter um espaço propício ao seu desenvolvimento, seu crescimento intelectual e imaginativo. Vale ressaltar que, a biblioteca prisional foi citada pela primeira vez em 1882 no artigo 287, do último decreto imperial de número 8.386 e sob a adoção do Sistema Penal Auburniano (Lindmann, 2020; Trindade, 2012).

Dá novo Regulamento para a Casa de Correção da Côrte.

Hei por bem ordenar que se execute o Regulamento que, para a Casa de Correção da Côrte, com esta baixa, assignado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Janeiro de 1882, 61<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Regulamento para a Casa de Correção a que se refere o decreto desta data:

SECCÇÃO 4<sup>a</sup> Bibliotheca e leitura

Art. 286. Haverá uma sala, onde á noite e à hora fixada pelo director se reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3<sup>a</sup> classe da divisão criminal.

Art. 287. Nesta sala poderá haver uma bibliotheca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os grãos de intelligencia e disposições moraes de cada um.

Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo capellão ou outro empregado designado pelo director, em voz alta, acompanhada de instrucções familiares áquelles que não puderem aproveitall-a individualmente.

Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de máo tempo ou de outras circumstancia, forem suspensos os passeios (Brasil, 1882 *apud* Lindmann, 2020).

Apesar deste decreto, somente um século depois as Bibliotecas Prisionais se configuraram como prerrogativa legal dentro do Sistema Penitenciário Brasileiro. No Brasil, as leis que regulam a educação e as bibliotecas dentro dos espaços de privação de liberdade são: a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210, de 11 de julho de 1984, a qual apresenta detalhadamente os direitos e deveres dos privados de liberdade e do Estado; a Lei Federal nº 13.163, de 9 de setembro de 2015, que

sanciona o Ensino Médio dentro das penitenciárias; a Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que sanciona a remição da pena pelo estudo ou pelo trabalho; a Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Remição de Pena pela Leitura e que foi revogada pela Resolução nº 391 – 10 de maio de 2021.

Tal Resolução trata de questões como atividades não-escolar, de socialização, de autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, entendidas como aquelas de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, além das práticas de leitura. Diferente da recomendação 44 que exigia uma resenha como produto para a remição, a Resolução 391, possibilita a participação dos privados de liberdade segundo seu grau de letramento, alfabetização e escolarização. Sendo possível, para tanto, o uso de técnicas de leitura de audiobooks, permite a apresentação do relatório de forma oral ou o registro do conteúdo lido por outras formas de expressão, como a realização de pinturas ou desenhos, a depender da condição do indivíduo. Uma vez que são leis homologadas, visam garantir os direitos de cada cidadão, portanto, seu cumprimento é essencial.

Em 1994, o Estado Brasileiro se comprometeu com o Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, ao direito das pessoas com privação de liberdade a ter dentro do sistema prisional uma biblioteca, em consonância com o Art. 41: “Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso” (Brasil, 1994).

Dessa forma, é importante ressaltar que “uma pessoa reclusa não renunciou ao direito de aprender e a aceder a informação, e a biblioteca de estabelecimento prisional deve oferecer recursos e serviços similares aos das bibliotecas no mundo ‘livre’” (Lehmann; Locke, 2005, p. 7). As bibliotecas prisionais deverão suprir a necessidade informacional dos privados de liberdade disponibilizando materiais sem censura, e dentro dos padrões de segurança, para a comunidade carcerária e cumprindo as legislações brasileiras, visto que o direito aplicado ao privado de liberdade é a restrição de ir e vir, portanto, a informação deve chegar a este público, é um direito.

Assim, em conformidade com a orientação para serviços de biblioteca para reclusos, o acesso às bibliotecas deverá ser para todos os privados de liberdade, não importando a classificação do seu crime. A restrição ao acesso à biblioteca e ao seu acervo será efetuado caso haja alguma infração em relação às regras de funcionamento das bibliotecas. Os privados que estão em alas separadas dos outros devem ter acesso a um catálogo com os materiais que estão dispostos no acervo (Lehmann; Locke, 2005).

Apesar das bibliotecas prisionais estarem previstas em lei desde 1882, a realidade está distante das suposições de Lehmann e Locke (2005), visto que alguns estabelecimentos não contam com bibliotecas prisionais em prédios centrais. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura. Considerando o ambiente prisional brasileiro, embora a legislação nacional estabeleça diretrizes para a implantação e para o funcionamento de bibliotecas em estabelecimentos prisionais, essa condição ainda não é realidade em muitas instituições por diferentes fatores: estrutura física, falta recursos para a implementação das políticas públicas que estabeleçam esta obrigatoriedade, entre outros fatores. Segundo dados recuperados em 2020 pela Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, o Brasil possui cerca de 1.426 instituições prisionais e, destas, somente 809 possuem bibliotecas, localizadas nas cinco regiões do país.

Os dados apresentados demonstram que as bibliotecas prisionais ainda são insuficientes, visto que atendia cerca de 60% das unidades e que a população carcerária só aumentou no Brasil. Conforme Sousa e Pinto (2018), poucas instituições garantem o direito aos privados de liberdade de utilizarem as bibliotecas. No caso do CPFS, há uma biblioteca instaurada; no entanto, o acesso a ela é restrito aos privados de liberdade que exercem atividades laborais e educacionais. Tal medida é compreendida enquanto resolutive e/ou preventiva, devido aos casos de conflitos entre detentos e auxilia na organização do funcionamento da escola no presídio, localizada no Pavilhão I. Há na instituição a separação dos pavilhões feminino e masculino, o que impede o contato entre as categorias e limita os acessos aos espaços que poderiam ser usufruídos coletivamente com igualdade. Vale salientar

que o acesso à biblioteca é restrito durante o recesso escolar, tornando as atividades educacionais restritas aos dias letivos do ano.

O Artigo 21º, do Capítulo V da LEP, garante o uso da biblioteca para “todas as categorias de reclusos”, logo, o acesso a ela não deve ser restrito a uma parcela da população carcerária, independente dos critérios estabelecidos pela gestão. É importante compreender que o direito à leitura cria condições para que todos tenham um melhor exercício da cidadania através da aquisição de conhecimento e informação. De acordo com as manchetes de jornais e revistas, programas de televisão, bem como os artigos que relatam as violências, retaliações e negações de direitos que ocorrem dentro do sistema prisional, percebe-se que estamos longe de um tratamento humanizado.

[...] o sistema penitenciário brasileiro está falido – não cumpre seu papel ressocializador, não há individualização do cumprimento da pena, e não comporta todos os que para lá são enviados – a sociedade se cala diante dessa realidade, por acreditar que os que lá estão merecem tal sofrimento (Rangel, 2014).

Corroborando com esta ideia, o advogado criminalista Pedro Paulo Negrini, em sua obra “Enjaulados”, encerra o livro descrevendo o que de fato é a prisão na atualidade:

Não há dúvidas de que a primeira das finalidades da prisão –a segregação –é obtida. Só que a segregação em si é uma solução provisória, uma vez que não existem condenações perpétuas. Como ninguém pode ficar preso por mais de 30 anos, por maior que seja a soma de suas penas, os presos um dia voltam à liberdade, se tiverem conseguido chegar vivos ao final de sua estada na prisão. Com raríssimas exceções, voltarão para as ruas sempre piores do que eram quando entraram. A prisão não cumpre um papel punitivo, esteja este papel previsto ou não entre as finalidades da pena (Negrine, 2009).

Essas ideias parecem pessimistas ou extremistas, mas, é o retrato da realidade. À medida que estas ações se afastam do propósito da pena, que é o da reeducação do interno, a proposta que prevalece é a punição, e as outras proposições ficam prejudicadas. Assim, não se acredita que os indivíduos são recuperáveis dentro dos delitos cometidos. É preciso proporcionar condições para que essas pessoas possam sair de onde sempre esteve, às margens da sociedade. E, a educação pode

ser o caminho no combate à criminalidade e as bibliotecas podem ser fontes primordiais nesse processo.

Trindade (2004) salienta que, apesar de ainda desconhecidas de grande parte da sociedade e dos profissionais da informação, as bibliotecas prisionais sofreram, ao longo do tempo, uma evolução conceitual, destacando-se como elemento imprescindível no amparo educacional, social e cultural do privado de liberdade. As bibliotecas nos presídios são caracterizadas também como um local de oportunidades para os apenados, onde, entre outras atividades, eles têm acesso à educação e com isso têm uma oportunidade de melhoria de vida após sair do cárcere.

Deve ter como proposta a tentativa de uma reintegração social dos internos através de atividades por ela desenvolvidas no espaço prisional. Assim, as bibliotecas prisionais podem ser caracterizadas como locais de oportunidades para os privados de liberdade, onde, entre outras atividades, eles têm acesso à educação, à leitura, ao convívio social com as outras pessoas em privação de liberdade e com profissionais que atuam nesses espaços de apoio educacional, em especial o bibliotecário, uma vez que cabe a esse profissional da informação mediar na busca de informações e no processo de aquisição do conhecimento.

Nesse sentido, Carvalho (2009) afirma que as bibliotecas de presídios integram um sistema normativo que tem um papel ressocializador e reabilitador do privado de liberdade, por isso suas funções devem estar enquadradas nessa perspectiva. Assim, a organização de atividades culturais, que podem abranger desde oficinas de escrita e leitura, até cinema e teatro, devem se nortear pelas funções da biblioteca prisional.

## 5 LEITURA NO CÁRCERE

A leitura, hoje, é vista como um processo que acontece a partir do momento em que o leitor interage com o texto e a ele atribuem sentidos. Para tanto, esse leitor necessita ativar saberes de vários tipos, motivados por seus objetivos e, para isso, parte das marcas ou sinalizações textuais elaboradas no propósito da interação. O leitor, nessa dinâmica, é visto como um caçador de sentidos, que se mune de estratégias de várias ordens para construir compreensão para os textos. Leitura é um processo interativo que se realiza mediante a participação do autor e do leitor.

A cada nova leitura se atribui um sentido para ela. Lajolo (1982) diz que o leitor é dono de sua vontade e, como tal, significa o que lê é um processo criativo. Em sua obra, afirma

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista (Lajolo, 1982).

Assim, estamos o tempo todo dialogando com os autores lidos estabelecendo um diálogo entre os conhecimentos que já possui e aqueles expressos no texto, ampliando, assim, a visão de mundo. Um mesmo texto pode possibilitar diferentes leituras para o mesmo leitor e a mesma leitura para diferentes leitores. Por meio do contato com a leitura, o indivíduo é levado a analisar o meio social de que faz parte, sua posição na sociedade, bem como das demais pessoas e das instituições. Assim, essa pessoa se torna um sujeito com condições de compreender e influir no meio em que está inserido.

Quando o indivíduo é encarcerado, rompe com os laços familiares, perde a interação e a identidade social, enfim, se desconecta da realidade. Seu apagamento social anula qualquer projeção de futuro. Mas a leitura pode ser uma possibilitadora de liberdade, embora este mesmo leitor viva sob restrição. Nesse contexto, é válida a prática da leitura por estimular em cada pessoa em privação de liberdade “[...] uma sensibilidade, uma curiosidade, uma necessidade de questionar o mundo e o seu entorno, alimentando o desejo de mudança de sua condição, despertando suas humanidades” (Proença, 2015, p. 62).

Sabemos que a literatura não tem o poder de tornar a sociedade, como por efeito de magia, mais justa, mas, com certeza, a este leitor seria concedido o direito elementar de sonhar aquele tão citado “sonho acordado das civilizações” (Cândido, 1998).

Numa sociedade marcada pela desigualdade, é difícil pensar que a arte e a leitura figurem entre os direitos humanos das classes menos favorecidas como aqueles e aquelas em privação de liberdade. Conforme Durkheim (2013) afirma que a educação, considerada como um fenômeno social, é uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. A prática educativa é um processo e exerce influências sobre os indivíduos, os quais ao assimilarem conhecimentos, recriar tais ensinamentos e influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora no meio social em que se encontra.

Desta forma, justifica-se os espaços de leitura nas prisões como espaços potenciais para promover a reflexão e a mudança de visão de mundo das pessoas que estão em privação de liberdade. Através da leitura e da informação obtém-se formas de invadir os caminhos da educação, ajudando a reabilitar pessoas para a reinserção no convívio social. A fim de explorar esta questão, inicialmente, concordamos com Michèle Petit (2008), ao compreender a “leitura como um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar um sentido à própria existência, à própria vida”, e, por que ainda não dizer, que a leitura pode dar “voz” ao sofrimento. Por isso, a leitura tornou-se prática imprescindível a esta época de desassossego e de completa perda de referências” em que vivemos. (Petit, 2008).

Conforme Godinho e Julião (2021), mesmo no contexto de privação de liberdade, os encarcerados produzem práticas de leitura e escrita, através de cartas para e de familiares e amigos, de bilhetes que circulam internamente entre eles, de documentos relacionados ao cumprimento de pena, as quais são comuns e amplamente valorizadas no espaço prisional.

Na prisão, ler significa um modo de ter contato extramuros, de estabelecer ou manter vínculos de afeto ameaçados pelo isolamento no estabelecimento prisional, assim como de acompanhar a própria situação jurídica e, com base nessas informações, projetar o próprio futuro após o encarceramento (Godinho e Julião, 2021).

Os autores defendem que estas experiências de letramento precisam ser reconhecidas e valorizadas pelas políticas públicas de remição de pena pela leitura que se propusessem a ampliar tais experiências sem reproduzir o modelo autônomo de letramento, que somente reconhece as formas de letramento legitimadas pela escola. Ambos compreendem a leitura como direito humano, uma vez que esta prática social em sociedades letradas é um elemento de exclusão social, pois consideram que atualmente, nas sociedades letradas, saber ler possibilita autonomia na realização de atividades básicas do cotidiano, assim como de acessar outros direitos.

No contexto prisional, a sensação de estar perdendo tempo e de ter jogado a vida no lixo é um fato constante, tais fatores se convertem em motivos para que os reclusos busquem na escola e na leitura uma forma de recuperar a esperança de resgatar o sentido de estar fazendo algo de útil. No momento da atividade escolar e da leitura, o tempo ocioso é ocupado com pensamentos proveitosos, valorizando o processo de ensino e aprendizagem que lhe está sendo oferecido. Através da leitura o privado de liberdade amplia os horizontes do pensar, contribuindo para a busca de novas descobertas em termos culturais e superando preconceitos em pensar que estudar e ler não valem a pena, que é um privilégio de pessoas das classes mais favorecidas.

A leitura pode mudar o destino de uma pessoa através do desvio do caminho em que lhe foi traçado. A leitura é um conhecimento que estabelece uma conversa com o tempo e com experiências vivenciadas. Compreende como uma entrada insólita em outra dimensão que, na maioria das vezes, enriquece a experiência, e permite ao leitor, num primeiro momento, escapar desta realidade para o universo da ficção, e num segundo momento, de maneira ainda mais surpreendente, voltar ao real, nutrido do fictício. O acesso à leitura permite que o indivíduo em privação de liberdade viaje simbolicamente para lugares que se encontram além dos portões de um presídio.

Ao ler um romance, aceitamos esquecer por um tempo a realidade que nos cerca para nos ligarmos novamente com a vida da infância na qual histórias e lendas eram tão presentes. Ao acordar o eu imaginário, normalmente adormecido no adulto acordado, a leitura nos leva de volta ao passado (Jouve, 2002).

A leitura é uma abertura para o mundo simbólico dos livros, no qual a pessoa pode avaliar o antes e o depois, o passado e o presente, o aqui e o agora com maior

clareza. Com a aquisição do hábito de ler, o indivíduo desvenda mistérios que antes parecia impossível, tornando-se a leitura uma ação imprescindível para o desenvolvimento humano. Além do mais, a leitura aprimora oralidade, linguagem, vocabulário e a postura do indivíduo pelo fato de permitir diferentes interpretações de um objeto de estudo.

Sobretudo, a leitura é essencial para o conhecimento da cidadania de uma pessoa que convive em um grupo social, sendo este privado de liberdade ou não. Ao pensarmos nos grupos existentes na prisão com seus estereótipos bem definidos, o privado de liberdade, quando elevado à condição de leitor, ganha uma nova classificação, e embora este fato não altere sua vida jurídica, esta condição o leva a uma nova percepção de sua identidade, menos rechaçada pelos olhos sociais. Na prisão, a leitura consiste em ser uma estratégia para amenizar a ociosidade e tudo o que resulta desta falta de aproveitamento de tempo (violência, brigas, depressão, ansiedade, surtos de raiva, uso de drogas etc.). A leitura na penitenciária se converte em uma ferramenta de reintegração da pessoa na sociedade.

Para Petit (2013) a leitura pode ser uma importante ferramenta na ressocialização de pessoas privadas de liberdade, já que a leitura incentiva e contribui para que o indivíduo desenvolva a ação de pensar de forma ampla em detrimento ao pensamento violento. A leitura permite a abertura de um campo de possibilidades e perspectivas. O espaço de leitura e das oficinas de produção de textos proporcionam um efeito antiestresse, por abrir possibilidades de escape da pessoa privada de liberdade, dentro de um ambiente reduzido de convivência com outras pessoas que não fazem parte do seu entorno familiar ou que tenham laços afetivos fortalecidos.

A leitura de um texto literário permite o afastamento da situação em que a pessoa se encontra, aproximando a pessoa reclusa das experiências simbólicas vivenciadas por personagens diversos. Este distanciar-se alivia a dor individual do privado de liberdade, levando-o a valorizar boas experiências vividas proveniente de sua história de vida. A leitura no ambiente prisional suscita novas compreensões de si mesmo. Ainda segundo Petit (2013), os perigos da privação da leitura e da escrita afeta a identificação simbólica do reconhecimento de fatos vivenciados e que acontecem no entorno em que estamos inseridos. Ler é uma ação que promove

ferramentas para transformar a realidade, a falta da leitura causa dificuldades em simbolizar, resultando em agressividade e violência comportamental.

Freire (2002) ressalta que o homem se distancia do animal quando ao invés de se acomodar, busca a dominação de sua própria realidade, por meio de atos de criação, recriação e decisão. Somente assim o homem faz cultura e se aproxima de sua própria humanidade. Pensando nesta perspectiva, a leitura também representa rompimento, por possibilitar o acesso a espaços mais amplos, ressignificando esses espaços seria como viajar sem sair do lugar. É como acreditar que a cultura possa reparar as malhas de um tecido social muito esgarçado. (Petit, 2008). Tanto Freire (1982) quanto Petit (2013) ressaltam o resultado da transformação que a cultura é capaz de promover, sendo que a leitura gera possibilidades para que os obstáculos sejam derrubados em espaços de pobreza.

A leitura além de proporcionar um fortalecimento no campo simbólico das pessoas privadas de liberdade, também é uma viagem sem fronteiras, uma ilusão que amplia horizontes, visões e conceitos de diversas temáticas que compõem a complexidade do mundo. Além de tudo é uma forma de alimentar a esperança de uma mudança de vida, tanto adquirindo respeito dos demais do cárcere como uma forma de remição de pena e de tentar uma melhoria de vida no retorno do convívio social. Neste sentido, a leitura não é apenas um decifrador de significados de palavras, trata-se de uma imersão em análise das diferentes formas de expressão presentes na sociedade e invadir por este universo dá poder a aquele que está preso e estigmatizado.

Os autores que fundamentam o referido estudo convergem na ideia de que a leitura é um alimento necessário para a sobrevivência de pessoas, e em especial, para aquelas privadas de liberdade que necessitam romper com os padrões impostos socialmente que discriminam, distanciam e excluem aos indivíduos que são marginalizados e que não se enquadram em sociedade que valoriza o poder econômico através de um arcabouço cultural criado para a manutenção deste *status quo*. Em especial, aqui no Brasil, país onde as pessoas privadas de liberdade não se encontram em espaços dignos que oferecem recursos para mudanças de vida, o poder da leitura ganha força neste ambiente, rompendo barreiras, criando esperança e alimentando imaginários de que a vida pode ser melhor.

Quando ao indivíduo é dada a oportunidade de leitura, é como uma porta entreaberta, um convite a ser um outro, um fenômeno que rompe as fronteiras sociais. Os privados de liberdade tomam assento na cadeira principal, a do leitor, estabelece conexões e o gatilho acionado pelo imaginário produz neste leitor uma sensação de liberdade. O ato da leitura, neste sentido, possibilita esta viagem a outro mundo e no seu retorno permite reformular sua visão de mundo, seu contorno ético-estético, rompendo as amarras de alienação deste sujeito.

## 6 ECOS DO CÁRCERE: IMPRESSÕES E EXPECTATIVAS SOBRE A BIBLIOTECA PRISIONAL PELOS PRIVADOS DE LIBERDADE DO CPFS

“Quando a liberdade de expressão nos é tirada, logo poderemos ser levados, como ovelhas, mudos e silenciosos, para o abate”.

George Washington

A escuta dos sujeitos que habitam os espaços do Complexo Penitenciário ou Conjunto Penal de Feira de Santana é o objetivo principal da pesquisa, mas acima de tudo é uma possível contribuição de trazer para o centro do debate as vozes, impressões, reivindicações e expectativas dos privados de liberdade que, por motivos diversos, ocupam as prisões e, conseqüentemente, tem seus direitos e histórias de vida afetados cotidianamente.

Neste capítulo colocamos em tela as falas e as reflexões sobre o papel da biblioteca prisional enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania e, mais especificamente, buscamos analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização, a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS).

Os dados ora apresentados são oriundos do processo intenso de pesquisa envolvendo diversos instrumentos. Em relação à apresentação e análise dos dados das entrevistas, durante o mês de abril de 2024 foi realizada a coleta dos dados de forma presencial sobre a biblioteca do CPFS. Como instrumento, utilizou-se a entrevista semiestruturada contendo vinte e uma questões, sendo composto de quatro questões fechadas e dezessete questões abertas. Essa aplicação ocorreu de forma presencial com seis privados de liberdade e o bibliotecário.

Para preservar a privacidade e anonimato dos participantes da pesquisa foram usados pseudônimos escolhidos por eles. Em conversa com o primeiro entrevistado ele sugeriu nomes de escritores brasileiros. “Pró como a gente vai falar sobre leitura porque não usar o nome de um escritor que a gente gosta?”. E a sugestão foi aceita por todos os outros. E quem são os participantes da pesquisa? No quadro, apresentado a seguir, podemos conhecer um pouco desses sujeitos.

Quadro 2 - Perfil dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	O que gosta de ler	Último livro lido	Tempo de reclusão
Jorge Amado	26	Ensino Médio	Romance	Gabriela (Jorge Amado)	4 anos
Aloísio de Azevedo	45	Pós graduação em Neuropsicologia	Autoajuda	Dias melhores virão (Max Lucado)	Não informado
Graciliano Ramos	47	Curso técnico	Romance	Vidas secas (Graciliano Ramos)	Não informado
Augusto Cury	44	Ensino Médio	Autoajuda	Revolucione sua qualidade de vida (Augusto Cury)	2 anos
Machado de Assis	57	Superior incompleto (Gastronomia)	Da área de Sociologia, Filosofia e direito	Réu confesso (Maria Lucia M. Ruiz)	10 anos
Mário Quintana	55	Ensino Médio (em curso)	Livros didáticos (Matemática e Física)	Livro de Física (autor não informado)	4 anos

Os seis privados de liberdade (quatro leitores e dois colaboradores da biblioteca que também são leitores) e o bibliotecário concordaram em participar desse estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As perguntas foram elaboradas e direcionadas, considerando a estrutura de três categorias de análise, assim estruturadas:

- 1) Categoria I – estrutura da biblioteca;
- 2) Categoria II – funcionamento da biblioteca;
- 3) Categoria III – a leitura no cárcere.

Antes de discorrermos sobre as categorias acima apresentadas e aprofundarmos as análises das narrativas coletadas nas entrevistas, convidamos o leitor para uma breve incursão no espaço onde os sujeitos da pesquisa constroem sua existência, bem como algumas informações e caracterização desses sujeitos para melhor compreensão de suas impressões e expectativas

## 6.1 Lócus da pesquisa e lugar de ressignificação

O Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS), destina-se ao recolhimento de pessoas de ambos os sexos, condenados ao cumprimento de pena em regimes fechado e semiaberto, e, excepcionalmente, de internos provisórios das Comarcas relacionadas no Provimento da Corregedoria Geral de Justiça nº 03/2016. O Conjunto Penal de Feira de Santana foi inaugurado em 1982 a primeira etapa e concluído em 2015. Com a conclusão, atingiu a capacidade de 1.356 pessoas presas<sup>5</sup> (Figuras 1 e 2).

Figura 1 - Conjunto Penal de Feira de Santana – Fachada



Fonte: Ed Santos/Acorda Cidade (2024).

Figura 2 - Conjunto Penal de Feira de Santana – Administração

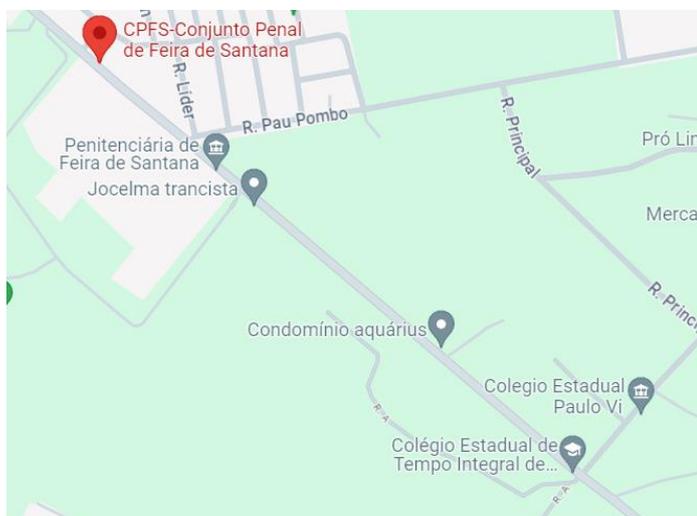


Fonte: SEAP (2023).

<sup>5</sup> Para saber mais, ler: SANTOS, Selma. Leitura prazerosa e narrativas (auto)biográficas de mulheres encarceradas no sistema prisional em Feira de Santana – BA, 2022.

Localizado em bairro periférico, na rua Senador Quintino, S/N, Aviário, Feira de Santana no estado da Bahia sendo responsável pela administração penitenciária da SEAP (Figura 3).

Figura 3 - Localização do Conjunto Penal de Feira de Santana



Fonte: Google Maps (2023).

Segundo os dados obtidos no site da SEAP em junho de 2024, a população carcerária atual é de 1888 internos, entre homens e mulheres, mas a sua capacidade de atendimento seria de 1280 internos, ou seja, são 608 internos para além da capacidade prevista para atendimento. Essa massa carcerária está abrigada em dez pavilhões masculinos, 634 provisórios, 841 em regime fechado e 341 no semiaberto e um pavilhão feminino com 41 mulheres no regime provisório, 28 no fechado e 10 no semiaberto<sup>6</sup>. Os internos são oriundos de diversas cidades do Brasil.

Conforme os dados fornecidos pela gestão do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana <sup>7</sup>estão matriculados 205 alunos, subdivididos de acordo com o grau de escolarização (Tempo Formativo I, II, III, IV, V, VI, VII e curso profissionalizante) e nos turnos matutino, vespertino e noturno (Figura 4). O limite estabelecido pela segurança do presídio é de 20 alunos por sala.

<sup>6</sup> Em anexo gráfico com a distribuição da população carcerária por regime da pena.

<sup>7</sup> Em 2023 foi inaugurado o novo prédio e com isso, o antigo Colégio Estadual Paulo VI recebe um novo nome.

Figura 4 - Fachada da escola onde está situada a biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

O prédio no pavilhão masculino (Figura 5) possui oito salas de aula, sala dos professores, cozinha, sanitário para os alunos e um sanitário para os funcionários e biblioteca. O pavilhão feminino é atendido em um prédio separado do masculino e dispõe de quatro salas de aula e sanitário.

Em relação à organização dos espaços escolares, o CPFS possui algumas especificidades em virtude da “massa carcerária”. Assim, para garantir a logística de condução e segurança dos internos até à escola, tornou-se necessário separar um pavilhão especificamente para os privados de liberdade que estudam e trabalham.

Figura 5 - Pavilhão 1



Fonte: Aldo Matos/Acorda Cidade (2021).

## 6.2 Refúgio literário: A Biblioteca no Conjunto Penal

O campo escolhido para a realização do estudo é a biblioteca situada no Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana que atende os privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana.

Figura 6 - Biblioteca Paulo Freire – CPFS



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A biblioteca prisional assim como as outras bibliotecas é um espaço para o acesso à informação e ao conhecimento. Seus serviços assemelham-se aos de uma biblioteca pública, ofertando, por exemplo, a promoção da leitura, da cultura, cursos, oficinas e outras formas de aprendizagem. Mas, nesse espaço, algumas práticas são modificadas já que as especificidades do cárcere exigem certas adaptações. As particularidades do ambiente prisional revelam alguns aspectos que devem ser considerados quando se trata das bibliotecas prisionais. Uma delas está à disposição das estantes, uma vez que elas precisam seguir um padrão em que deixe visível o leitor que entra no espaço. Nesse sentido, Colares e Lindemann (2015) enfatizam que:

[...] no cárcere as regras modificam as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica. Por essa razão é necessário adaptar e muitas vezes reinventar padrões de ação, considerando que se trata de usuários com suas especificidades. Essa realidade afeta o planejamento de bibliotecas propriamente dito [...] (Colares e Lindemann 2015 p. 205).

A biblioteca nominada Paulo Freire está localizada no anexo I do CETIFS no interior do CPFS. Na escola, está situada num local privilegiado, logo na entrada no início do corredor, antes das salas de aula. Com suas paredes brancas, é um ambiente arejado, iluminado e silencioso. Ocupa um salão de 7X7, acessível a todos os estudantes. Este espaço é distribuído em dois ambientes. Uma área destinada para

os responsáveis pela biblioteca com duas mesas e dois computadores, e outra, destinada para os 3.645 livros organizados em vinte e cinco estantes, duas mesas grandes, quarenta e sete cadeiras plásticas, usadas para atividades com grupos grande de estudantes e uma televisão de 50'.

O acervo dessa biblioteca é adquirido por doações de familiares dos privados de liberdade, da comunidade, de empresas privadas, SEAP, Biblioteca de Extensão da Fundação Pedro Calmon (BIBEX). A biblioteca do CPFS conta com os serviços de um bibliotecário que atua como coordenador, pois ele é o único para atender a sede e todos os anexos. No Brasil não há normas regulamentadoras para os serviços de bibliotecários em sistema prisional. O bibliotecário coordena os serviços de dois privados de liberdade que assumem a função de auxiliares de biblioteca. Eles são responsáveis pela organização dos acervos, com orientações voltadas aos aspectos técnicos do funcionamento das bibliotecas: seleção, higienização do acervo, registro, carimbagem, classificação, catalogação e organização da disposição dos livros nas estantes; além de incentivar a leitura, sugerir títulos.

É oportuno pensar também na localidade e equipamentos da biblioteca dentro dos espaços de privação de liberdade. Assim como em qualquer tipo de biblioteca precisamos pensar na iluminação, computadores, acústica do ambiente, arquitetura dos espaços, clima, capacidade e diversificação do acervo e de suas instalações, parte elétrica e tecnológica, móveis para realização de estudos dentro desses espaços, entre outros. Porém, tudo deve estar em conformidade com as questões de segurança dos ambientes prisionais. Este é um aspecto relevante para ser observado, pois, estão vinculadas a ambientes em que se faz necessário priorizar a segurança da comunidade carcerária e de seus colaboradores.

A biblioteca de um estabelecimento prisional não é um órgão à parte do sistema prisional, sendo hierarquicamente subordinado à instituição na qual se encontra inserida que, por sua vez, obedece a uma organização maior: a administração prisional

A ambiência da biblioteca prisional revela alguns aspectos que devem ser considerados quando se trata da organização, no que se refere ao emprego das teorias/técnicas aprendidas no âmbito da Biblioteconomia, principalmente quanto à disposição das estantes, uma vez que elas precisam seguir um padrão em que deixe

visível o leitor privado de liberdade que adentra no espaço obedecendo assim o critério estabelecido pela direção da penitenciária e não os critérios ditados dentro das regras bibliotecárias.

Mesmo diante de um espaço restritivo é possível desenvolver ações que propiciem para as pessoas em privação de liberdade autonomia para construir seus conhecimentos. As particularidades do cárcere exigem certas adaptações sendo necessário renunciar a algumas práticas que devem ser implementadas em outros tipos de bibliotecas. Além da disposição das estantes e a restrição de alguns títulos, o uso da internet, para pesquisa, é proibido.

Destarte, a biblioteca prisional, quanto a finalidade, não destoa dos demais tipos de bibliotecas, apenas é necessário que sejam consideradas as suas especificidades, tal como deve ser realizado no contexto das bibliotecas extramuros. Corroborando com essa ideia Graciliano Ramos afirma:

São poucas escolas públicas que tem essa organização. Tanto do acervo dos livros como do ambiente. Aqui tem mesa com cadeiras para ler, silêncio para ler (...) atualmente ela é como se fosse exemplo pra Bahia. Muitas pessoas, até o meritíssimo juiz quando esteve aqui elogiou a organização da biblioteca, tem livros bons até raro como o livro de Zélia Gatai autografado, livros de alto valor aquisitivo que na rua ficaria quinhentos, seiscientos reais raríssimo tem aqui que lá fora você tem dificuldade para encontrar e aqui tem livros muito bons que quem tem conhecimento dá valor né e quem não tem pega folheia e finge que ler são alienados, os livros são apenas papel cheios de letrinhas (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

Observamos nos dizeres do participante da pesquisa, que apesar das dificuldades, valoriza o acervo existente. Ele revela muito a respeito do tipo de serviço que presta aos frequentadores e, valoriza à diversidade, à qualidade e à quantidade do material oferecido. Tem orgulho de ter sido elogiado pelo juiz pois, é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Também, legitima a importância da leitura, pois é através do conhecimento adquirido com ela que se consegue romper com as amarras da ignorância e da alienação, ter uma melhor perspectiva de vida, trazendo consigo o impacto necessário para a reflexão e a mudança de atitudes e assim mais chances de fazer boas escolhas.

A pesquisa revelou que a biblioteca do CPFS não possui política de desenvolvimento de coleções, ou seja, um documento significativo para a formação e

desenvolvimento do acervo. Analisando o acervo da biblioteca do CPFS, notou-se que é composto pelas seguintes temáticas: livros de ficção, voltados para o entretenimento e o enriquecimento da vida ou da autoeducação do leitor, auxiliando no desenvolvimento emocional. Além dos livros de lazer, os acervos são formados por livros de religião, poesia e autoajuda. No período da entrevista os livros mais citados pelos colaboradores da pesquisa foram de autoajuda, como: O Monge e o Executivo de James C. Hunter, A esposa Bórgia de Jeanne Kalogridis e o Réu Confesso de Marcus Antônio de Souza.

Os livros de autoajuda estão na lista dos mais vendidos no Brasil. Talvez pelo valor relativamente acessível ou pela promessa de múltiplos benefícios como potencial mudanças, principalmente de cunho emocional, físico, intelectual, espiritual e econômico. Estes livros propõem estratégias, experiências, exemplos, para alguém se encorajar, se conhecer melhor, contornar infortúnios, saber lidar com os outros, ampliar habilidades. Os privados de liberdade, por estarem em um ambiente hostil e tendo que conviver com pessoas até então desconhecidas, talvez optem por esse tipo de literatura por não terem alguém que possa lhes ouvir e orientar, ou porque são muito reservados. Além dos livros de autoajuda, a bíblia é um livro muito lido pelos privados de liberdade, motivados pelos grupos de evangelização na esperança da redenção dos pecados.

E, para “seduzir”, convencer o leitor a diversificar sua leitura Vergueiro (1989), afirma que é preciso elaborar uma política para o desenvolvimento da coleção, mas não é uma simples tarefa, por isso tal processo requer estudo e planejamento, bem como a participação de um bibliotecário, uma vez que este profissional pode compreender as necessidades informacionais dos privados de liberdade a sua realidade para promover ações com intuito de estimular a participação do interno e apresentar novas expectativas de vida.

Desta forma, a biblioteca prisional adquire relevância no espaço penitenciário, oferecendo aos privados de liberdade informação útil, apresentando a oportunidade de aperfeiçoarem habilidades literárias, de atingirem os seus interesses culturais e de aprendizado, abrindo, com isso, uma janela para o mundo exterior (Trindade, 2009).

Durante a pesquisa de campo foi possível verificar que para gerir esta biblioteca, é importante que a instituição tenha um profissional qualificado para tal

função, uma vez que, segundo Costa e Sales (2021), a biblioteca prisional necessita da supervisão e ser administrada por um bibliotecário formado. Esse profissional é um agente transformador das bibliotecas, pois, no seu ofício diário, a sua missão primordial é levar o seu leitor ao encontro da informação, satisfazendo assim as suas necessidades básicas informacionais.

Aloísio de Azevedo ratifica essa ideia quando diz que “Quando o professor (bibliotecário) chegou aqui era um amontoado de livros, um depósito. Hoje é tudo catalogado e organizado e encontramos os livros mais fácil. Podemos ajudar melhor os estudantes” E Graciliano Ramos complementa afirmando que:

(...) Isso aqui parecia um depósito de livros tudo misturado você não saberia onde estariam os livros. Hoje, quando o aluno chega e fala quero tal livro, tal autor a gente já vai em cima. Por estar em ordem numérica, por letra, por autor. Aí a gente ver a importância do bibliotecário. Quando as pessoas veem aquela arrumação não entende que tem uma sequência, uma ordem crescente, por assunto, por autor e hoje em dia está bem melhor porque está tudo digitalizado. (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

Percebemos nas narrativas dos colaboradores da biblioteca a importância de um profissional na biblioteca. Esse profissional é peça fundamental de articulação e mediação cultural, lidando com informações que possibilitam o fomento à democratização do acesso ao conhecimento e às várias formas de informação. Segundo Lima (2016), “Pesquisas revelam que não basta ter bibliotecas escolares para garantirmos alunos leitores. A presença da Biblioteca Escolar é fundamental [...], mas, um acervo parado, muitas vezes escondido, sem mediação e estratégia de aproximação não tem conseguido seduzir e formar leitores”. Portanto, para assegurar uma sociedade mais leitora, faz-se necessário investir em processo de mediação de leitura tanto nas salas de aula como nas bibliotecas escolares, prisionais, comunitárias etc.

No entanto, a atuação do bibliotecário nesse ambiente ainda persiste como meramente assistencialista, pois mesmo a biblioteca sendo assegurada por lei, o cargo de bibliotecário não integra o quadro funcional do Departamento Penitenciário Brasileiro (Depen), que regulamenta as contratações e concursos dos profissionais que atuam no sistema prisional da país.

Diante disso, o bibliotecário que se dispõe a atuar para promover ações no contexto das bibliotecas prisionais, que envolvem o livro, a leitura, o fomento a educação prisional e a remição de pena por meio dos estudos e da leitura, o faz majoritariamente de forma voluntária, por acreditar que o seu trabalho nesse ambiente pode fazer a diferença e promover uma mudança no cotidiano das pessoas presas. O bibliotecário que presta serviço no CPFS há sete anos, servidor público há vinte e sete, é lotado no Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana. “Presto um serviço de Coordenação na Biblioteca, pois sou o único Bibliotecário do Colégio” (Bibliotecário, Entrevista 2023).

Trabalhando apenas no prédio principal da escola, já seria o suficiente para que o bibliotecário integralizasse sua carga horária. Entretanto, mesmo não sendo obrigado, ele dá um suporte importante para a organização da biblioteca prisional. A organização do espaço é de suma importância, porém a função daquele que trabalha na biblioteca vai além de organizar o espaço, ele deve ser o mediador entre o leitor e o livro. Essa mediação deve proporcionar ao leitor, privado de liberdade, um momento construtivo e de conhecimento. A afirmação seguinte reforça essa ideia:

A informação é considerada um bem simbólico e o seu acesso é essencial para que a cidadania se efetive de forma plena, sendo assim o profissional deve colocar-se de forma ativa diante de sua responsabilidade social como educador. Não basta apenas realizar procedimentos técnicos (classificar, catalogar e indexar), estes, sem dúvida, são muito importantes para a formação do profissional. Entretanto, os bibliotecários devem ir além destes saberes e atividades técnicas, precisam buscar elementos teóricos ligados às ciências humanas, que fortaleçam a sua condição de cidadãos e profissionais (Morogi; Souza; Galdino, 2002).

Assim, os bibliotecários prisionais deveriam desenvolver atividades que estimulem e dinamizem a leitura no cárcere com a criação de metodologias de trabalhos que envolvam a comunidade carcerária, incluam pautas sobre suas rotinas e as insira nos trabalhos e atividades da biblioteca. Sendo assim, motivar a prática da leitura é um fazer biblioteconômico de fundamental importância, uma vez que a leitura pode representar uma atividade prazerosa e poderosa, pois

[...] desenvolve uma enorme capacidade de criar, traz conhecimentos, promovendo **uma nova visão do mundo**. O leitor estabelece uma relação dinâmica entre a fantasia, encontrada nos universos dos livros e a realidade encontrada em seu meio social. A criatividade, a imaginação e o raciocínio se sobrepõem diante deste magnífico cenário, criando um palco de possibilidades (BRITO, 2010, p. 10) (**grifo nosso**).

Os dois privados de liberdade que atuam como responsáveis pela biblioteca, apesar de não terem o conhecimento técnico da biblioteconomia, conseguem um atendimento adequado e satisfatório ao leitor privado de liberdade, proporcionando um serviço que atenda as expectativas do leitor em questão, como é observado nas falas dos leitores: “Quando eu estou em dúvida do livro eles explicam sobre o que o livro fala”. (Jorge Amado, Entrevista 2023). Outro frequentador, afirma que “Os meninos são atenciosos e estão sempre disponíveis para ajudar”. (Augusto Cury, Entrevista 2023). Para Machado de Assis eles “são muito atenciosos e quando a gente devolve (os livros) eles sempre incentivam a gente pegar outro livro”. Ainda nesta relação, um outro afirma: “Me atende muito bem. Eu separo um livro e no final da tarde quando acaba a aula ele já está disponível. Ele é muito atencioso e profissional”. (Mário Quintana, Entrevista 2023).

As experiências relatadas pelos leitores mostram que os colaboradores da biblioteca diante dos desafios impostos, mesmo não tendo formação acadêmica, vão além dos fazeres técnicos, pois conhece a realidade dos leitores e fazem de tudo para preservar o cunho humanista da função. Estão disponíveis para manter a biblioteca um espaço acolhedor e relaxante para os estudantes que, além de estudar, gostariam de se deleitar, desfrutar do local com uma leitura corriqueira, diminuindo o estresse do dia a dia.

A função de bibliotecário vem ganhando notoriedade e o seu papel social atuando em comunidades carentes e presídios, por exemplo, vem gerando discussões entre autores e teórico, bem como estudantes que não são da área de biblioteconomia. A precursora desse movimento foi Cátia Lindemann que é militante da causa da Biblioteconomia Social e uma profissional atuante em comunidades e presídios.

### **6.3 O funcionamento da biblioteca: Entre grades e páginas**

Para escolha dos sujeitos participantes desta pesquisa, foi necessário definir qual é o universo ou a população, reconhecendo suas particularidades para definição da amostra.

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo (Gil, 2008, p. 94).

O universo ou população é a totalidade de itens, objetos, ou pessoas sob consideração” (Martins; Teopilo, 2009). Dessa forma, o universo caracterizado nesta pesquisa é composto pelos internos do CPFs e alunos do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana que corresponde à população desta pesquisa. Para definirmos o campo específico de trabalho, foi necessário estudar uma amostra de sua população e a partir daí, definir a amostragem para esta pesquisa. A escolha desse método de amostragem se deu pela necessidade da pesquisa de conhecer o perfil dos leitores e suas opiniões sobre a biblioteca. Além disso, esse método foi definido juntamente com os responsáveis, respeitando os critérios de segurança e outros elementos do presídio, caracterizando-se, portanto, como amostragem por acessibilidade ou por conveniência conforme o autor a seguir:

O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (Gil, 2008, p. 94).

Para uma primeira aproximação com o objeto de pesquisa decidimos conhecer um pouco sobre os leitores da biblioteca Paulo Freire no CPFs e com o auxílio dos responsáveis pela biblioteca, dois internos treinados pelo bibliotecário, tivemos acesso a ficha de controle de empréstimo de livros. Selecionamos vinte e três leitores que mais retiraram em 2022. Em seguida, foram escolhidos os dez privados de liberdade que retiraram mais livros e destes, após o convite para a participação na pesquisa, foram escolhidos quatro participantes observando o volume de livros lidos.

Quadro 3 - Quantidade de leitores e de livros emprestados por faixa etária

Quantidade de leitores por faixa etária e livros lidos	Faixa etária dos leitores	Número de livros
11	25 a 35	108
03	36 a 50	38
09	Mais de 51	83

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando o quadro acima e a estatística de 2017 a 2022 (Anexo A) percebemos que a média de livros lidos pelos internos é maior que a média brasileira. De acordo com a 5ª edição da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, o brasileiro costuma ler cerca de quatro livros por ano, enquanto os privados de liberdade do CPFS em três meses, de fevereiro a abril, leram em média dez livros.

A biblioteca pode representar a possibilidade de dias melhores, criar condições para que todos, mesmo os privados de liberdade, tenham um melhor exercício da cidadania através principalmente da aquisição de conhecimento e informação. No Brasil, ainda não é muito comum falar de informação e cidadania para pessoas presas e nem tampouco da existência de bibliotecas para ampará-las em atividades educacionais, culturais e sociais.

Conforme Trindade (2009), as bibliotecas instaladas em estabelecimentos prisionais exercem uma função social de grande importância no processo de ressocialização das pessoas com privação de liberdade, contribuindo para a efetividade de políticas de educação, reabilitação e utilização construtiva do tempo. Esta perspectiva é corroborada por Jorge Amado, um de nossos colaboradores, ao defini-la como “Um espaço de aprendizado e informação”. Para Augusto Cury

É um retiro, é onde me excludo de peso. Peso aqui é um ditado que quando uma pessoa chega pra você e diz que você vai ficar mais alguns dias, são palavras negativas. Aqui na biblioteca eu me sinto ali rodeado por palavras que me diferenciam das pessoas que não gostam de ler (Augusto Cury, Entrevista 2023).

A narrativa mostra o peso de estar recluso e a biblioteca como contrapeso. Com a leitura Augusto Cury se sente diferenciado dos outros, apesar de estarem no mesmo espaço e com as mesmas condições. Sendo assim, vê-se o quanto o exercício da leitura é necessário na vida das pessoas, independente do espaço que estão. Sobre isso, Silva (1990) concorda com a visão de Kuenzer (2002), ao afirmar que é necessário que “[...] o leitor se conscientize de que o exercício de sua consciência sobre o material escrito não visa o simples reter ou memorizar, mas o compreender e o criticar” (Silva, 1991). Pelo que foi dito por Augusto Cury percebemos esta consciência crítica. Ainda sobre o funcionamento da biblioteca, Machado de Assis complementa:

Pra mim é... mudança de vida, para qualquer pessoa. O conhecimento que você adquire ninguém tira de você. Lembro quando tinha oito anos, na quarta série, a professora Valmira que era diretora do Colégio Estadual Getúlio Vargas em Florianópolis me disse: eles podem tirar de você tudo, mas jamais vai tirar de você o conhecimento porque o conhecimento permanecerá com você pra sempre, ninguém lhe tira é seu para sempre. E, isso levei pra vida. (Machado de Assis, Entrevista 2023).

Percebemos o saudosismo quando Machado de Assis fala dos conselhos da professora e de sua mãe sobre a importância do estudo e que o conhecimento adquirido é o maior bem que uma pessoa pode ter. Para Mário Quintana “Oportunidade é a palavra que define bem. Oportunidade de ganhar conhecimento”. Ambos os participantes da pesquisa, reconhecem que a biblioteca é a chave para superar a ignorância e a privação cultural e é compreendida como um instrumento (um meio) para ajudar na formação de leitores abrindo ao outro um mundo de significados. No entanto, é unânime entre os participantes da pesquisa que o fechamento da biblioteca no recesso escolar faz falta e eles ficam com o tempo ocioso.

O ruim é que a gente não pode ir para a biblioteca no turno que a gente não estar estudando e nas férias (Jorge Amado, Entrevista 2023).

Queria poder usar a biblioteca também nas férias (Mário Quintana, Entrevista 2023).

Decerto que as bibliotecas prisionais não somente auxiliarão na ressocialização, mas em lazer e cultura, e nem assumirão exclusivamente esse papel, porque a ressocialização depende de políticas sociais que identifiquem as necessidades do detento e que garantam meios que o auxiliem a reingressar na sociedade e evitar sua reincidência no sistema prisional.

Em 2005, foi instituído o Plano Nacional de Bibliotecas no Brasil. Esse plano afirma que são deveres de uma biblioteca “selecionar, reunir, organizar e preservar os bens, produtos e serviços”; disponibilizar informações e conhecimentos relevantes para alguém ou alguma coisa; com suas ações “contribuir para inclusão social e o desenvolvimento intelectual; estimular e promover a diversidade cultural [...] preservação do patrimônio intelectual e cultural [...] estabelecer redes de cooperação e empréstimo de materiais com outras instituições” (Brasil, 2008).

Vergueiro (1989), expõe que a existência de uma política funciona como diretriz para a tomada de decisão, pois descreve o estado da coleção, indica a metodologia de trabalho para alcançar os objetivos propostos e a quem esta coleção deve servir,

tornando-se uma peça-chave para o planejamento do acervo. Sobre o acervo da biblioteca do CPFS o bibliotecário nos diz o seguinte:

[...] Presto um serviço de Coordenação na Biblioteca, pois sou o único Bibliotecário do Colégio. [...] A minha relação é muito boa. A escolha compete ao Presídio. [...] O acervo é composto por doações, uma parte inicial foi disponibilizado pela Bibex, Biblioteca de Extensão da Fundação Pedro Calmon e recentemente realizaram uma compra de livros, porém a Biblioteca não foi consultada sobre as suas necessidades. [...] A compra é centralizada. [...] A compra das obras deveria ser feita também, das necessidades das Bibliotecas; A contratação de Bibliotecários efetivos nas Unidades Prisionais; Compra de Software para Gerenciamento das Bibliotecas, visando informatizar as suas rotinas de trabalho: Empréstimos, Catalogação, Pesquisas e Estatísticas. [...] (Bibliotecário, Entrevista 2023).

As doações, é a predominância nos acervos das bibliotecas prisionais e, como percebemos na fala do bibliotecário, no CPFS não é diferente. Sendo assim, a constituição do acervo da biblioteca não consegue atender o interesse e a necessidade de cada um dos seus leitores.

(...) deveria ter mais doação com livros mais atualizados. Os livros são doados por pessoas físicas, mas tem que ver o título. São selecionados pelo professor (bibliotecário) e eu também o ajuda né esse tá bom, esse não, esse tá rasurado e a gente tem uma caixa de livros para descarte. Descartamos pela qualidade do material e pelo título que não convém para esse ambiente. Porque a gente não vai deixar um livro que ensina cavar um túnel por exemplo e os que serve a gente seleciona de acordo com a classificação. (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

A fala de Graciliano Ramos demonstra que na biblioteca do CPFS o acervo disponibilizado aos privados de liberdade é limitado e em regra, foi formado através de campanhas de doação de livros fornecidos pela comunidade e por instituições públicas e privadas. Os livros, na sua maioria, são didáticos e de literatura variada, porém não contempla a necessidade e/ou interesse do seu público. Assim, observamos um grande problema de gestão pública refletidos no descuido do Estado quanto ao fomento ao livro e à literatura no cárcere. Devemos salientar que para uma biblioteca ser capaz de desenvolver plenamente seu potencial precisa, antes de tudo, contar com uma boa infraestrutura que contemple entre outros aspectos, o acervo. Sendo assim, a ação de disponibilizar informações e suprir as necessidades dos privados de liberdade - ou ao menos parte delas, está envolta na decisão de

possibilitar o acesso a um acervo constituído por uma política de desenvolvimento de coleção. Por outro lado, devido à natureza dos leitores reclusos, o acervo das bibliotecas prisionais passa por limitações, para que não venham a oferecer materiais que possam estimular a fugas, delitos, crimes.

Importa lembrar que mesmo sem acessos a livros, privados de liberdade vivem construindo túneis para a liberdade. Se quisermos metaforizar existe os túneis de liberdade que podem ser cavados e túneis de liberdade inscritos na subjetividade das relações institucionais e pessoais, onde uma pessoa com privação de liberdade pode assumir-se autoridade.

A seleção de livros disponíveis para empréstimo também se constitui uma barreira que, embora não delimitada fisicamente funciona no cerceamento à leitura, uma vez que as escolhas dos livros que são disponibilizados aos privados de liberdade são feitas pelo bibliotecário, no conjunto dos livros autorizados a pertencerem àquele território. Temos, desse modo, a tensão entre o acesso à leitura e o cerceamento na escolha do que é permitido ler. As narrativas de Jorge Amado e Graciliano Ramos dão conta destes limites: “Eu queria um livro de direito. Aqui não tem e minha mãe não conseguiu trazer porque a unidade não permitiu. (Jorge Amado, Entrevista 2023). “O livro para entrar pela visita é muita burocracia passa pela assistente social, pelo chefe lá responsável para analisar o livro se está adequado para o ambiente”. (Graciliano Ramos, Entrevista 2023)

Como podemos perceber nas narrativas dos entrevistados existe uma dificuldade no acesso a títulos que não estão disponíveis na biblioteca. E aí vem o questionamento para refletirmos: No que as obras citadas pelos entrevistados iriam infringir na segurança desse estabelecimento ou de seus funcionários? E, por que não permitir a entrada de um livro que não está disponível na biblioteca? Quem tem informação, tem poder? É uma questão relacionada à segurança? Ou é censura?

Se ocorre a censura, dois pontos de vista são apresentados por Clark e MacCreaigh (2006) a primeira é infringir o artigo do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, parágrafo único,

O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de

outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2008, p. 1).

Quando não há disseminação de materiais e informações, mesmo quando permitidos perante as legislações e os regimentos, acredita-se que existe, também, uma censura intelectual forçada. Pois, a negação do acesso à informação é considerada um obstáculo para o exercício pleno da cidadania. Freire (2003, p. 52) defende que “para que os indivíduos passem a cidadãos, é necessário que a eles sejam oferecidas ferramentas para que se desenvolvam”. Para tanto, as bibliotecas de estabelecimentos prisionais podem ser consideradas importantes instrumentos de desenvolvimento social, em razão de seu caráter formativo, enquanto principal instrumento de apoio educacional para os privados de liberdade. Diante do pesquisado, afirmamos que não há nenhum documento que proíba a entrada de material educativo dentro dos espaços de privação de liberdade.

Clark e MacCreaigh (2006) propõem diretrizes para determinar os critérios de seleção do acervo das bibliotecas prisionais. As diretrizes estão voltadas para os seguintes aspectos: 1. O conteúdo das obras deverá estar ligado ao interesse da comunidade que será servida; 2. Materiais atualizados; 3. Obras bem escritas, com vocabulário apropriado; 4. Incluir assuntos voltados para diversos grupos culturais, étnicos e sociais; 5. As obras deverão estar formatadas de acordo com as normas padrões do Estado em que foi elaborado; 6. Dar preferência pelos formatos que os reeducandos poderão utilizar; 7. Materiais recomendados por especialistas.

#### **6.4 Leitura no cárcere: Palavras que libertam**

*“A leitura não é só um meio de adquirir informação: ela também nos torna mais críticos e capazes de considerar diferentes perspectivas” (SOLÉ, 1998).*

A importância da leitura na formação dos indivíduos está relacionada à sua capacidade de educar um cidadão mais crítico e menos suscetível às manipulações sociais. No contexto do cárcere, ela se torna ponte para o acesso à informação. A leitura, possibilita ao leitor imaginar, emocionar-se, reagir, refletir, interrogar acerca das questões existenciais, sociais e, por vezes, o distanciamento de uma realidade

triste e solitária. Esse sujeito assume um ponto de vista, uma visão de mundo, um posicionamento determinado pela relação leitor, obra e lugar. Para Bakhtin (2000), tudo que é dito possui a valorização do seu lugar, de onde se diz marcado num espaço-tempo da comunicação social interativa. Logo, as vozes dos sujeitos da pesquisa são analisadas à luz destes aspectos.

Quando entrevistados, os colaboradores relataram as mudanças que percebem nas suas mentalidades e desempenho na escola a partir da prática da leitura. Afirmou Mário Quintana que:

Estando aqui o que mais a gente tem é tempo livre, tempo ocioso, tempo para chorar, tempo para sofrer, tempo para ter saudade, para lamentar, para se arrepender de estar aqui. Mas eu busquei fazer desse tempo um tempo de me melhorar, não me tornar melhor que o outro, mas melhor do que eu fui ontem. Amanhã eu quero ser melhor do que eu sou hoje e é através do estudo é que a gente consegue isso. Lendo. **Conhecimento é tudo.** No momento que a gente tem conhecimento a gente compreende que o nosso direito termina onde começa do outro (Mario Quintana, Entrevista 2023) (**grifo nosso**).

A revelação feita por Mário Quintana quando questionado sobre como se tornou leitor, reafirma o poder transformador da leitura. A prática da leitura literária dentro do cárcere representa muito mais que um Direito descrito em lei, representa uma alternativa eficaz para a inclusão dessas pessoas na sociedade, além de proporcionar a elas enriquecimento cultural e social, tornando-as mais dignas como pessoas. Com o conhecimento adquirido com a leitura consegue enxergar além das sombras do cárcere. Como afirmou, "O conhecimento é tudo", e expressa a vantagem que a prática da leitura oferece:

Pego livros na biblioteca e estudar sozinho no pavilhão isso me dar uma vantagem sobre os outros alunos que só estudam as duas horas aqui na escola. Aqueles assuntos que os professores passam aqui eu busco livros de matemática, física, biologia e tento aprofundar buscando mais entendimento, melhor compreensão para acompanhar melhor as aulas e me sair melhor nas avaliações" (Mário Quintana, Entrevista 2023).

Reitera a extrema importância da leitura e do estudo no processo de humanização, pois além de representar um direito, também representa a liberdade para o conhecimento. E assim, passam a ter uma visão diferenciada de mundo, e isso tem refletido diretamente em seu comportamento. A cada dia uma batalha consigo

mesmo em prol de sua própria libertação, como sujeito da sua existência em torno da criticidade. Estar apenas adaptado é ser passivo.

Essa transformação é relevante, uma vez que alguns adentram ao sistema penitenciário sem nenhuma perspectiva e encontram ali uma possibilidade de iniciar ou prosseguir com os estudos. Jacob (2006), defende a biblioteca como um lugar de continuidade com o papel crucial de transmitir cultura e saberes. Neste sentido, a biblioteca torna-se uma ferramenta fundamental para o sistema, mas, para assim apresentar toda a sua funcionalidade, ela necessita ser vista como tal.

Lehmann e Locke (2015), destacam que as autoridades dos estabelecimentos prisionais devem estar cientes de que, ao propiciar atividades produtivas para os privados de liberdade, podem amenizar futuros problemas e conflitos. A adoção desses programas apresenta contribuições expressivas na construção do conhecimento, pois melhora a escrita, o vocabulário e ameniza a relação com o tempo das pessoas em privação de liberdade, podendo a leitura ser a única ocupação e satisfação da pessoa.

É consenso entre os entrevistados que a leitura é um instrumento de ressocialização. Em suas práticas percebem que a leitura é uma aliada muito importante para otimizar o tempo em cárcere, pois agrega conhecimento, estimula o intelecto, eleva a autoestima e demonstra novas perspectivas de mundo. Graciliano Ramos considera a leitura como aliada, companheira diária para passar o tempo, importante para escrever melhor, ter assunto para conversar e ficar informado sobre o que acontece ao seu redor. A fala de Aloísio de Azevedo dialoga perfeitamente com a do seu colega de trabalho.

[...] a gente sabe que alguns internos pegam e não leem os livros, mas aqueles internos que leem pelas discussões que eles trazem e apresentam a gente vê que cada leitura ele tem um novo olhar, um novo ponto de vista, então, ele vai sair daqui conectado com o mundo lá fora através da leitura. Não vai se sentir atrasado, porque o vocabulário enriquece porque a gente ver que nos livros tem palavras que ele não sabe aí ele recorre ao dicionário porque aqui não tem acesso ao celular que hoje as pessoas recorrem ao google então o dicionário físico faz a memorização ser maior consequentemente o aprendizado, a absorção é melhor. E, com certeza é... vai sair daqui e esquecer alguma coisa ruins, mas o conhecimento adquirido ninguém toma. (Aloisio de Azevedo, Entrevista 2023).

Em sua fala, Aloísio de Azevedo demonstra ter sensibilidade quanto à prática da leitura e a relação do público que atende com ela. Ele compreende que são necessários diálogos e o auxílio profissional para que a leitura deixe de ser uma obrigação e se torne uma prática prazerosa. Marisa Lajolo (2000), ao tratar especificamente da leitura de textos literários na obra “Do mundo da leitura para a leitura do mundo”, reforça a ideia de que o ato de ler implica numa atividade criadora, o que confirma o caráter de sujeito da pessoa que lê. Para a autora, ler é necessário para que se entenda o mundo, assim como é preciso entender o mundo para que se compreenda a leitura ativamente.

Quando questionado sobre a importância da leitura Graciliano Ramos respondeu:

Pra mim é tudo entendeu? Isso pra mim é minha vida, sem isso aqui eu estaria com depressão porque o convívio no pavilhão é difícil... (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

Diante do exposto percebemos que dentro do cárcere sofrendo todo tipo de pressão e desumanização, o privado de liberdade se assujeitará ao sistema por uma questão de sobrevivência. Por isso, a leitura é importante durante o período que estiver recluso para impingir nesse leitor com privação de liberdade o desejo, o estímulo à imaginação, como fuga dos aborrecimentos do dia a dia, como objeto de satisfação das necessidades pessoais, como ponte para o crescimento pessoal e profissional, como autorrealização, como espelho do mundo. E assim, motivação para não voltar a delinquir, a seguir as leis e mudar de vida.

É notório que a leitura sempre esteve presente nas vidas dessas pessoas, no entanto, argumentam que anterior ao cárcere, ela era negligenciada e deixada em segundo plano em detrimento das ofertas e necessidades do mundo “lá fora”. As falas dos entrevistados comprovaram que o hábito da leitura foi desenvolvido no cárcere. Para eles a leitura tem a capacidade de tornar os dias mais leve e prazeroso.

[...] eu não lia porque não tinha tempo, eu trabalhava, era produtor rural, tinha comércio, uma vida agitada, um corre-corre [...] olha aqui nesse lugar que estamos hoje privados de liberdade a leitura é importante entendeu? É uma das principais funções que todos nós deveríamos ter diariamente[...] (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

Pra dizer a verdade me descobrir leitor aqui. Lá fora não tinha tempo, mas sempre que encontrava algo interessante eu parava para ler.

Agora quando não estou lendo, sinto que sei lá ... alguma coisa mexe comigo (...) (Augusto Cury, Entrevista 2023).

A relação com o tempo aparece durante as entrevistas. Para os privados de liberdade, o tempo passa a ser administrado pelo Estado, o qual regula desde os momentos de vigília até os de repouso. A prisão absorve as características vitais dos privados de liberdade, obrigando-os a se adaptar a um sistema que estabelece regras e comportamentos precisos. As entrevistas deixam nas entrelinhas a compreensão de que existe entre os privados de liberdade um intenso sentimento de que o tempo passado na instituição é um tempo perdido, é um tempo que precisa ser apagado ao ser liberto e preenchido com as atividades disponibilizadas pela instituição.

(...) no pavilhão pra mim né que nunca fui do crime eu cometi um crime lá fora mais foi um crime de família que cometi num momento de desespero, o homem é de momento aí eu cometi essa bobagem e me arrependi profundamente. Não desejo isso nem para meu pior inimigo. Se eu pudesse passava uma borracha nesse período. A gente perde família, bens, dignidade e se brincar perdemos até a sanidade se não tiver esse colégio que é o que nos deixa lúcidos. (Graciliano Ramos, Entrevista 2023).

Aqui a gente tem hora pra tudo. Tem que acordar, comer, ir para a escola na hora determinada pela instituição. A gente não pode escolher. Eu queria ir para a biblioteca pela manhã, mas eles não deixam. Ah se eu pudesse esquecer daqui. Aqui é outro mundo pró. (Jorge Amado, Entrevista 2023).

Do mesmo modo, existe entre os privados de liberdade um intenso sentimento de que o tempo passado na instituição é tempo perdido, destruído ou suprimido de alguma forma da vida da pessoa; é tempo que precisa de alguma forma ser apagado, algo que precisa ser cumprido, preenchido, tornando a estadia desse sujeito um momento de exílio da vida. No entanto, essa situação pode ser esquecida momentaneamente pela leitura. Como afirmam os participantes da pesquisa:

[...] Em primeiro lugar, a leitura me deixa calmo, né? Me faz viajar por lugares que se quer sabia que existia. Quando leio um livro de época me coloco naquele lugar que nunca fui. Acho isso muito interessante (Augusto Cury, Entrevista 2023).

(...) me transporto para o mundo da leitura que as vezes alguém me chama, grita três ou quatro vezes e eu na minha realidade. Quando estou no mundo aqui (da leitura) voltar pra realidade dá trabalho, é difícil. Já conheci muitos lugares e pessoas através da leitura. Parece que eu faço parte da história (Machado de Assis, Entrevista 2023).

(...) Prece um túnel que me leva para outro lugar. Me identifico com os personagens, sinto tudo que eles sentem choro, fico triste, fico alegre junto com eles (Augusto Cury, Entrevista 2023).

Os sentimentos relatados pelos participantes da pesquisa, explicam a valorização das atividades de “distração” desenvolvidas nas penitenciárias, as quais fazem o indivíduo esquecer momentaneamente da sua real situação, e através da imaginação, da fantasia, do lúdico, busca o refúgio do contexto prisional que nada lhes agrada pelo fato de ser um ambiente hostil.

Quando os entrevistados falam que a leitura lhes transporta para um outro mundo, fazendo-lhes esquecer, momentaneamente, da realidade nos leva a crer, que a leitura tem um poder terapêutico, nos sentimos melhores. Também lemos para buscar apoio/ajuda, para resolver os nossos problemas, para criticar, para buscar informações, para ampliar conhecimentos, para sentir prazer, para resumir, para aprimorar a sensibilidade estética, para parafrasear, para confirmar, para discordar, para conhecer, por obrigação, inclusive. “Lemos e escrevemos para viver em sociedade”. (Mário Quintana, entrevista 2023)

O mais importante não é a leitura forçada de um livro até o final, mas que o leitor iniciante possa ter a possibilidade de encontrar um texto que seja de seu agrado, um texto que o fisgue, que o envolva e que, através dele, possa o leitor **enriquecer sua visão de mundo**, discutir a sua própria realidade e exercitar o seu olhar sobre ela, ampliando seu conhecimento a partir do texto lido; enfim, que haja espaço para o desejo do leitor, que ele possa de fato ser sujeito de sua leitura. (Maria, 2008, p. 52) (**grifo nosso**).

Concordando com Maria, Augusto Cury afirma que a leitura tem capacidade de “influenciar nosso modo de agir, pensar e falar, enriquecer e desenvolver a nossa personalidade. Ver e entende o mundo de outro jeito, e a gente escapa da nossa “prisão mental”. Na sua narrativa, Augusto Cury demonstra acreditar que o conhecimento adquirido através da leitura pode se tornar um passaporte para uma vida diferente, um resgate de suas cidadanias e a efetivação de sua dignidade enquanto pessoa humana.

Aguiar (1993), também concorda com a ideia de que a prática da leitura pode despertar interesses específicos de uma área determinada e permitir que o leitor estabeleça relações de sentidos com outras áreas na formação de opiniões acerca de tudo que está sendo lido.

Dito isso, para que os privados de liberdade possam ter acesso à informação e à cultura, bem como usufruir desses benefícios é fundamental que o livro circule na unidade. Nesta direção, Jacob (2006), explica que o poder da biblioteca não se encontra somente no mundo dos conceitos e das palavras, mas também na transmissão da cultura e nas suas rupturas.

De acordo com Silva Neto e Leite (2011), as bibliotecas prisionais são espaços de oportunidades para os privados de liberdade, uma vez que eles têm acesso à educação e à leitura e, com isso, à perspectiva de mudar de vida. É sabido que a prisão não é um ambiente propício para reintegrar o interno, pois há problemas de superpopulação e de infraestrutura e reproduções que não colaboram para o desenvolvimento do ser. Contudo, se a instituição não promover ações para a melhora do educando, isso pode acarretar problemas futuros como tensões, conflitos e aumento da ansiedade dos internos.

Durante as observações e entrevistas, foi possível constatar a diferença na forma de se expressar entre os internos que tinham o hábito de leitura há mais tempo e os iniciantes. Demonstraram que conseguem enxergar o mundo em que vive, fazer relações com as leituras feitas e a se reconhecer nele. Neste aspecto, destaca-se o poder transformador da leitura no ambiente prisional. De acordo com Todorov (2010), um leitor ao concluir a leitura de uma obra jamais será o mesmo do início, pois, essa leitura acionará a interpretação simbólica e acionará, também, a capacidade de distinguir entre as muitas desigualdades de uma sociedade multiculturalista. E, para Zamite (2022), o livro é um dispositivo que configura diferentes interações e processos relacionados a saberes e fazeres em ambientes com privação de liberdade, além de promover um sentimento significativo de fuga da realidade do cárcere. Aloísio de Azevedo converge no mesmo entendimento

(...) a gente vê que cada leitura ele tem um novo olhar, um novo ponto de vista, então, ele vai sair daqui conectado com o mundo lá fora através da leitura. Não vai se sentir atrasado, enriquece vocabulário (...) faz a memorização ser maior consequentemente o aprendizado, a absorção é melhor (...) (Aloísio de Azevedo, Entrevista 2023).

Mais uma vez é reafirmado a importância da prática da leitura dentro do cárcere como um instrumento fundamental no processo de ressocialização. Ao oferecer acesso a livros e oportunidades educacionais, a leitura capacita estes sujeitos a

desenvolverem novas habilidades, aprimorar sua educação e cultivar uma mentalidade crítica. O leitor ao concluir a leitura de uma obra jamais será o mesmo do início, pois, essa leitura acionará a interpretação simbólica e acionará, também, a capacidade de pensar e repensar sobre sua realidade. Nessa direção, Amorim-Silva (2016) afirma:

Oferecer oportunidade de leitura literária em contextos de aprisionamento, constitui-se, na perspectiva do letramento etnográfico, uma forma de ampliar as condições de alcance à liberdade, de ressignificar o tempo na prisão, de acreditar na ressocialização, de atender a um direito institucional e humano, de oferecer a possibilidade de adquirir diferentes habilidades de leitura e escrita nas práticas sociais de uso e, principalmente, promover o desenvolvimento do educando como pessoa de direitos e não como sujeito sob tratamento carcerário (Amorim Silva, 2016, p. 47).

Diante disso, compreendendo a literatura em seu potencial transformador e humanizador, não resta dúvida da sua importância no processo de ressocialização do indivíduo com privação de liberdade, pois além de se caracterizar como hipótese de direito presumido, também o auxilia a ter uma compreensão global da realidade.

Alcançar a liberdade, no entanto, não se trata apenas da liberdade do corpo físico. Implica em atitude, pensamento, comportamento, num contexto de não passividade. Corroborando com Paulo Freire (2011) quando afirma que existir é mais que simplesmente viver, é algo dinâmico, que implica na relação do homem com o homem e com o mundo. A pessoa privada de liberdade que está impedida de vivenciar a sua existência de forma plena, uma vez que se encontra afastada do convívio comum e integrado em sociedade pode usar a leitura como trampolim para transpor estas barreiras.

Ao tratar especificamente da leitura de textos literários Marisa Lajolo (2000), na obra "Do mundo da leitura para a leitura do mundo", reforça a ideia de que o ato de ler implica numa atividade criadora. Para a autora, ler é necessário para que se entenda o mundo, assim como é preciso entender o mundo para que se compreenda a leitura ativamente. O que dá à leitura um aspecto circular. Para potencializar essa afirmação, temos a fala de Jorge Amado e Augusto Cury

Na leitura encontro o conhecimento e assim me ajuda a fazer novos planos de vida. Quando eu estou lendo fico imaginando que quando sair daqui eu quero fazer a diferença na minha vida, eu quero continuar

os estudos, quero fazer uma faculdade e ver minha mãe se orgulhar de mim. (Jorge Amado, Entrevista 2023).

Como aqui as informações são poucas é como se a nossa mente fosse atrofiando, é como se fosse uma borracha que vai apagando o que aprendi. Quando leio uma história vou relacionando com coisas que já vivi ou vi coisas que já aconteceram comigo e me dá conhecimentos para projetar a minha vida quando sair daqui. (Augusto Cury, Entrevista 2023)

As falas dos colaboradores reafirmam que a leitura é uma prática que serve como chave para a abertura dos horizontes, profissional e social, estando, assim, na base da construção da própria cidadania. Estes sujeitos não somente concordam entre si sobre a importância da leitura na vida de uma pessoa, como também reconhecem essa importância de se elevar socialmente por meio da leitura em sua vida. Logo, o acesso ao mundo da leitura para eles representa não somente a apropriação de um conhecimento linguístico, mas também o poder de ter acesso ao mundo letrado e ao mundo do conhecimento como forma de obter autonomia, sobreviver aos apagamentos e ter melhores condições de vida extramuros.

É importante destacar que a literatura é um meio poderoso para a formação humana, pois permite que o leitor tenha uma visão do mundo e das vivências humanas por meio da perspectiva do autor. Além disso, a leitura literária também permite ao leitor experimentar emoções, sentimentos e situações que, talvez, ele nunca tenha experimentado antes. Ao longo da leitura, o leitor se apropria das palavras, dos signos e dos símbolos, compreendendo-os e reinterpretando-os, criando um novo sentido para eles e formando sua própria compreensão da obra. Em suma, a literatura é uma ferramenta fundamental para a formação do ser humano, permitindo-lhe experimentar novas vivências e compreender o mundo a sua volta. “Com a leitura conheci coisas que nem imaginava que existia. Já conheci pessoas e lugares sem sair daqui de dentro”. (Entrevistado Augusto Cury). Assim, cabe ao leitor, criar ou recriar sentido para o que ler, fazendo deste ato algo único, singular.

A leitura é imprescindível no processo de emancipação do ser humano. É ela que fornece subsídios para que o indivíduo seja inserido na realidade de forma consciente e crítica e assim exerça seu papel de cidadão participativo na sociedade. Sobre isso Silva (1987) afirma que ler é, em última instância, não só uma tomada de

consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo.

No entanto, os fatores ambientais são muito importantes e essenciais no desenvolvimento da leitura. Um ambiente arejado, iluminado e confortável influencia no interesse pela leitura. Quando questionados sobre quais dificuldades são encontradas para realizar a leitura os entrevistados afirmaram:

Era bom se eu pudesse vim para a biblioteca pela manhã aí ficava lendo. Mas não pode, o funcionário só tira quem está na lista da escola. Porque no pavilhão é ruim. Tem muita conversa e não tenho onde se sentar, só no chão (Augusto Cury, Entrevista 2023).

Eu geralmente faço a leitura no pátio, procuro um lugarzinho com sombra. Lá tem um canto que a gente bota o puf para sentar e lá a gente lê, não é feita dentro da cela... só consigo ler pela manhã. A tarde estou na escola e a noite o pessoal tem o horário das pessoas dormir, assistir novela e com o barulho eu não tenho atenção na leitura. Quando as pessoas dormem não posso acender a luz, tenho que respeitar (Machado de Assis, Entrevista 2023).

Estou na cela com 7 pessoas num espaço para 4, ou seja, tem o dobro. Imagina cada um fazendo uma coisa diferente? Televisão, rádio, conversa. No momento que a cela está fechada eu vou lá para perto da porta procurando me afastar deles e buscando me concentrar na leitura, mas é muito difícil. Fora da cela você vai estar no sol ou na chuva porque o pátio não é coberto (Mário Quintana, Entrevista 2023).

Dentre as dificuldades relatadas pelos entrevistados para realizar a leitura, a falta de um ambiente favorável foi apontada por quase todos. O lugar mais acolhedor e propício a prática da leitura é a biblioteca, porém eles só têm acesso para pegar e devolver os livros uma vez que só são conduzidos para a escola, onde a biblioteca está localizada, no mesmo turno que estão matriculados. Sendo assim, restando uma única opção, a cela ou o pátio, com todos os problemas acima relatado por eles. O que um espaço assim revelaria sobre as diferentes possibilidades de relação com a leitura e com o universo dos livros? Coisa inadmissível para quem necessita de um ambiente tranquilo, silencioso.

Quando pensamos em um ambiente para leitura acreditamos que este espaço precisa de condições apropriadas para que a leitura flua com tranquilidade. Em algumas situações requer mesas que nos indicam que podemos nos sentar, fazer uma pesquisa ou estudar. Em ambientes construídos para a prática da leitura, é comum sofás, tapetes ou almofadas que nos convidam a ler em uma posição mais confortável,

temperatura agradável e iluminação adequada. Afinal, um espaço com múltiplas possibilidades também contempla diferentes tipos de leitores, não só pelo tipo de texto que se lê, mas também pela relação que cada pessoa tem com a leitura. Entretanto, falando de um presídio, sabemos das limitações físicas e estruturais, como foram descritas pelos participantes da pesquisa e como esses fatores ambientais influenciam no interesse pela leitura.

Manguel (2000), reforça a importância de proporcionar aos estudantes, o espaço ao ato de ler, permitindo-lhes, um ambiente “confortável, solitário e vagarosamente sensual” (p.11), para assim propiciar o convívio fascinante com a leitura. A biblioteca prisional deve ter como sua principal missão, o fomento a leitura. Ela desempenha um papel crucial na vida dos privados de liberdade proporcionando acesso ao conhecimento, educação e transformação pessoal, além de reduzir o isolamento social. Esses recursos são fundamentais não apenas para o bem-estar individual dos leitores, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Deve atuar como protagonista na vida dos sujeitos, oferecendo recursos essenciais para a reintegração social e a redução de reincidência criminal e capacitando os indivíduos a construir um futuro positivo e promissor após o cumprimento da pena.

Parece óbvio que haja um grande esforço por parte do poder público em desenvolver mecanismos que promovam a ressocialização através da prática literária no cárcere, mas a verdade é que não há. Sob o ponto de vista institucional, a biblioteca prisional ainda não é vista como prioridade. Por tratar-se de um tema ainda muito complexo e pouco discutido, precisa ser revista, pois é algo que favorece a reintegração do indivíduo na sociedade.

## 7 TECENDO IDEIAS (IN)CONCLUSIVAS

Esta dissertação se configurou numa oportunidade de pensar o papel e o funcionamento da biblioteca do Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS) mais especificamente uma oportunidade de conhecer as impressões e expectativas dos frequentadores desse espaço, os alunos privados de liberdade, na perspectiva de fazer ecoar suas vozes acerca do acesso ao livro e da prática da leitura, de uma unidade prisional que se propõe, ao menos no plano legal, ser um instrumento de ressocialização.

A realidade dos presídios brasileiros é lastimosa, nestes espaços os privados de liberdade cumprem suas penas em situações precárias e bastante desumanas, fazendo com que estes não consigam sair sem sequelas. São ambientes deploráveis que corrompem toda a dignidade humana, abalando principalmente sua moral. Falta saúde, educação, lazer, cultura e perspectivas de um futuro próspero dentro desses estabelecimentos.

Entretanto, esta realidade pode ser mudada ou amenizada se houver investimentos em educação, cultura, leitura e bibliotecas. No contexto do sistema prisional, onde os leitores têm a socialização limitada por sua condição, as bibliotecas prisionais se tornam espaços propícios para iniciar a busca pela democratização do acesso à informação.

Para tecer essas considerações, retomo aqui as questões de pesquisa e os objetivos que foram sendo alcançados no decorrer do percurso para realizar o presente estudo, como também os momentos pelos quais a pesquisa foi passando.

Na escrita desse texto, a investigação junto com a experiência de ser professora no espaço, não apenas possibilitou à pesquisadora a construção e consolidação de habilidades necessárias para a realização do trabalho que lhe concederá o grau de mestra, mas também permitiu à professora conhecer e problematizar seu local de trabalho compreendendo de forma mais profunda e humanizada a complexidade das relações ali estabelecidas. Nesse caldeirão de possibilidades reflexivas, torna-se necessário como guia para uma escrita que revele as conclusões do caminho, retomar os objetivos que orientaram o percurso

No que se refere ao objetivo geral que deu origem ao texto desta dissertação buscou-se analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira

de Santana (CPFS) e dos demais sujeitos nela inseridos. O referido objetivo deu origem à nossa questão principal que se trata de investigar: Qual a importância da biblioteca do Conjunto Penal de Feira de Santana na ressocialização dos privados de liberdade? E o que os privados de liberdade dizem sobre ela? Assim, na busca de atingir esse objetivo e responder a essas questões, investigou-se a partir dos caminhos pelos quais o estudo de caso foi conduzido.

Dessa forma, ao longo de toda a trajetória da pesquisa e das análises, procurou-se responder a essa questão, à medida que se respondia aos objetivos específicos que se propuseram a investigar quais políticas, programas e leis foram formuladas para a implantação de bibliotecas prisionais buscando descrever a organização do espaço da biblioteca, o acervo e sua disposição, os registros de empréstimo, as atividades propostas e as interações envolvendo os sujeitos da biblioteca, ao passo em que conhecia as percepções dos privados de liberdade sobre a dinâmica da biblioteca no seu processo formativo e de liberdade e compreendendo o papel da biblioteca na democratização do acesso à informação no processo de ressocialização dos privados de liberdade.

Sendo o objeto de estudo desta pesquisa a Biblioteca do CPFS, foi apresentado aqui a relevância da biblioteca prisional, através da análise bibliográfica e estudo de caso. Foi possível evidenciar que há diretrizes e recomendações para a instalação e uso benéfico da biblioteca em presídios e como este espaço pode ser melhor utilizado através do desenvolvimento de projetos e prática da leitura. A minha experiência como professora do Colégio Estadual de Tempo Integral de Feira de Santana, um anexo existente no Conjunto Penal de Feira de Santana (CPFS), foi fundamenta para a pesquisa de campo porque facilitou o contato com os responsáveis pela biblioteca e com os leitores em processo de ressocialização, bem como tornou-se determinante para a realização da observação e melhor apropriação e análise dos dados coletados.

A pesquisa revelou que a biblioteca é compreendida pelos colaboradores como espaço de trabalho, de aquisição de conhecimento, possui um ambiente agradável para a leitura. Mas, as condições de acesso e permanência dos privados de liberdade no espaço da biblioteca ainda se configuram como limitadores desse direito. Ali existe uma proibição velada, uma vez que os privados de liberdade só têm permissão para frequentar a biblioteca no mesmo horário que são matriculados. Sendo assim só

podem usufruir da biblioteca no momento de empréstimo e devolução dos livros ou quando algum professor propõem uma atividade, o que limita as possibilidades de ressocialização deste equipamento.

Enfatizamos, mais uma vez, que as bibliotecas prisionais não fazem mágicas, nem milagres, aliás a mudança social rumo à superação das desigualdades e injustiças se concretizam por meio de processos de luta e de resistência, mas são espaços de possibilidades e de esperança para aqueles sujeitos que estão às margens da sociedade. As bibliotecas prisionais, em meio a precariedade dos estabelecimentos penitenciários, surgem como um potente equipamento para a ressocialização e mudança do seu público-alvo, os privados de liberdade, para que possam voltar ao convívio harmônico na sociedade. A partir dos dados, é possível afirmar que os privados de liberdade acreditam que as bibliotecas lhes podem proporcionar oportunidade de enxergar a prisão não só como um local de cumprimento de pena, mas também um espaço de rever suas escolhas, repensar o passado e projetar seu futuro.

Pensando na biblioteca como um instrumento potente no processo de ressocialização não podemos deixar de ressaltar que a presença do bibliotecário na ambiência prisional é de suma importância para dinamizar o espaço, promover ações de leitura, organizar o acervo e disponibilizá-lo como mediador de tais atividades que vão minimizar as agruras do cárcere e a tão desejada ressocialização. Esse profissional deve ser sensível a realidade e necessidade de seu público buscando possibilidades para que tenha minimamente seus direitos assegurados conforme preconiza a LEP e a Constituição Federal. Considera-se como uma das dificuldades no funcionamento da biblioteca prisional a falta de remuneração para os profissionais que lá atuam, em sua maioria são voluntários, e a inexistência do cargo de bibliotecário prisional como integrante do quadro funcional do DEPEN.

Metodologicamente, identifiquei a necessidade de pesquisas que abordem temáticas múltiplas sobre as bibliotecas prisionais. O levantamento bibliográfico identificou pesquisas que explicitam as instituições e os profissionais que atuam no sistema prisional, as potencialidades de uso da biblioteca e atuação do bibliotecário e da gestão em benefício da ressocialização. Acredito que a análise feita neste trabalho contribuirá para o acervo de pesquisas e dados já existentes sobre a biblioteca

prisional e sua importância. Nesse processo identifiquei que as bibliotecas prisionais acabaram ficando relegadas a um segundo plano, o que não poderia acontecer, pois o Estado por meio da sua Constituição Federal (CF), aprovada em 1988, tem como fundamento: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Cabe ao poder público efetivar o compromisso em assegurar a todos os cidadãos sem distinção o acesso à informação, à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e inovação, conforme previsto na CF aprovada há quase trinta anos.

Ainda sobre as limitações, identificou-se que a prisão ainda não é um ambiente adequado e reintegrador para o interno, devido aos problemas estruturais, sobretudo com a implantação de medidas preventivas e punitivas existentes; à exemplo das limitações de acesso demonstradas aqui nesta pesquisa. Este cenário não é uma particularidade da Bahia ou CPFS, mas de todo o território brasileiro. Assim, é necessário elaborar estratégias e construir condições para que ocorram melhorias na vida destas pessoas com privação de liberdade. Conforme as políticas, leis e programas aqui apresentados, o sistema prisional possui dispositivos que podem colaborar para que o privado de liberdade tenha oportunidade de transformar sua realidade.

Pensar em ressocialização é refletir sobre os desafios, limitações e possíveis contradições no processo de reintegração desses sujeitos à sociedade. Os egressos do sistema carcerário carregam o estigma social que dificulta o acesso ao emprego e até ao convívio comunitário. A falta de políticas públicas integradas e eficientes para a ressocialização mostra que o tema não recebe a devida atenção. Muitas vezes, as políticas existentes são fragmentadas e não conseguem abordar a complexidade do problema. A ressocialização não é uma questão individual, mas um desafio estrutural que requer mudanças profundas no sistema de justiça na sociedade e nas políticas.

Diante da importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem à prática da leitura no cárcere, que promovam competências e habilidades, que garantam o acesso de todos à leitura e que atendam as diferentes necessidades. Em relação à visão que os colaboradores da pesquisa possuíam sobre a leitura, consideraram em sua totalidade a leitura como de extrema importância no processo de ressocialização, pois além de representar um direito, também representa

a liberdade para o conhecimento. Muitos afirmaram que através das leituras realizadas, passaram a ter uma visão diferenciada de mundo, e isso tem refletido diretamente em seu comportamento e em seus projetos de vida intra e extramuros.

A biblioteca prisional pode exercer este papel, uma vez que exerce a função educadora e social para o interno, desde que o espaço seja utilizado adequadamente, promovendo ações que despertem os interesses dos sujeitos ali inseridos. Sendo assim, é imprescindível que haja políticas e normativas que direcionam o processo. É necessária formação para que a comunidade prisional conheça a potencialidade da biblioteca e dos seus serviços, é necessário que os livros possam circular no CPFS, não só para os matriculados nas escolas, mas também para aqueles que não podem ou não querem frequentar a escola, inclusive o pavilhão feminino, para que promovam transformações.

A biblioteca junto com a escola é quem melhor cumpre a tarefa de oferecer possibilidades de mudanças que libertem e unam ao mesmo tempo, portanto é preciso investimento do poder público nesta área em prol deste universo educacional competente, solidário, produtivo e libertador.

Especificamente, no CPFS o direito à leitura preconizado pela LEP está sendo negada para as mulheres e para os privados de liberdade que não estão matriculados na escola (CETIFS). As mulheres já enfrentam um duplo estigma, por serem mulheres e por estarem em privação de liberdade e ainda tem seus direitos negligenciados.

Para minimizar esta situação o CPFS poderia reativar o projeto da biblioteca itinerante, um carro de mão adaptado que transporta livros para locais (pavilhões) previamente agendado. Uma iniciativa que leva livros para os privados de liberdade que não podem frequentar a biblioteca e, também para aqueles que não podem usufruir da biblioteca no período do recesso escolar. Garantindo assim, a democratização do acesso à leitura e ao conhecimento.

Por fim, concluo esta pesquisa com a certeza de que ela não só me permitiu conhecer as impressões e expectativas dos privados de liberdade, mas com um olhar sensível e apurado a cerca desses sujeitos e sua relação com a biblioteca e a leitura. Sem sombras de dúvidas, como professora, tenho outra visão sobre os efeitos que a leitura pode causar na vida das pessoas, onde quer que elas estejam. Que a luta tão defendida por Antônio Cândido (1998) pelo direito à literatura possa contagiar mais

pessoas no fortalecimento dessas iniciativas que trazem tantas mudanças e esperança de um mundo melhor e mais justo.

Dito isto, não posso me furtar de registrar que as mudanças necessárias para a democratização da leitura em prisões, bem como a consolidação de práticas de leituras que estejam além do passar o tempo e tornar a vida menos pesada nestes locais – o que por si só já é importante -, não é uma tarefa que será resolvida apenas com práticas humanizadoras e estimulantes de leituras. Passa por uma política intra e extra-muros que devem apontar para uma mudança radical na cultura prisional em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, mar. - abr.- maio, 1991.
- AGUIAR, V. T. **Literatura - a formação do leitor**: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: UEL: 1997.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa. v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 02 dez. 2022.
- AMORIM-SILVA, Karol O. de. **Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais**. Belo Horizonte, 20016. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A9WHRQ/1/disserta\\_\\_o\\_karol\\_amorim\\_publica\\_\\_o.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A9WHRQ/1/disserta__o_karol_amorim_publica__o.pdf). Acesso em: 03 jan. 2024.
- ANDRADE, Rosane Maria Nunes. **Bibliotecas**: lugar de memória e de preservação - o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v.4, n.2, p. 25-42, jun. 2009.
- ARROYO, Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BAHIA. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional da Bahia**. SEC/SEAP. Salvador, 2015.
- BAHIA. Secretaria de Estado de Educação da Bahia/Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Bahia**. Salvador, BA, 2012 - 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicapenal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais-de-educacao-nasprisoas/peep-ba.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRAGA, Ana Gabriella Mendes. As funções da prisão no contexto contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Vol 107. Mar/abril 2014. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000a. Disponível em:

<https://prograd.ufu.br/legislacoes/parecer-cneceb-no-112000-aprovado-em-10-de-maio-de-2000>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021**. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 10 maio 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original-112500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 7 jun. 2022

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de julho de 1850. Dá Regulamento para Casa de Correção do Rio de Janeiro. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 31-62, 1851. Disponível em: <https://goo.gl/Ws3Rtp>. Acesso em: 14 abr./2023

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210/84, de 11 de julho de 1984**. DOU de 13.7.1984, que institui a lei de Execução Penal (LEP), art. 17 a 21. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 15 dez. 2022

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. Livraria Duas Cidades, 1998.

CARREIRA, D **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação**: Educação nas Prisões Brasileiras. Denise Carreira e Suelaine Carneiro. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CARREIRA, Denise. **Educação em Prisões Brasileiras**: Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CARVALHO, J. **A importância da biblioteca nos presídios**. 17 set. 2009.

Disponível em:

<https://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importanciadabiblioteca-prisao.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era informação, sociedade e cultura, v.1).

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à Educação e Educação Para os Direitos Humanos. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, Ano 2, Número 2, 2005

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. “Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades”. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, vol. 25, no. 3, pp. 205-215. 2015.  
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16243>. Acessado 23 set. 2021.

COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, [s.l.], v. 15, p. 1-18, 2021. Disponível em:  
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11298>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Ação: Abordagens Qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U, 2002

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

EIRAS, B. D. **Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional**. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/pdf> . Acesso em: 15 maio 2022

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. Editora Yendis, 2007

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução: Lúcia M. Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1977

FREIRE, Paulo. Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Disponível em:  
[http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o\\_Cultural\\_para\\_a\\_Liberdade.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf). Acesso em: 02 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Maria Teresa de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. In: 1º Painel Interinstitucional sobre Investigação Qualitativa. Juiz de Fora: UFJF, ago. 2001. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 207.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. **Educação Unisinos**, v.25, 2021.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAUE, Maria Elizabeth; WALSH, Daniel. **Investigação etnográfica com crianças: teoria, método e ética**. Trad. Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

IRELAND, Timothy. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.9-17.

JOUBE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002

JULIÃO, E. F. Escola na ou da prisão? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: em 15 dez. 2022.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes e RODRIGUES Fabiana (Orgs.) **Reflexões Curriculares Para a Educação de Jovens e Adultos nas Prisões**. 1. ed., Jundiaí-SP. Paco Editorial, 2019

JULIÃO, Elionaldo F. (Org.) **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para a pesquisa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

KLAES, Rejane Raffo. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras**; o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções. Brasília: UnB, 1991.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2000

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papyrus, 2002.

LAJOLO, M. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, R. (Org.). **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado de Letras, 1982, p. 51-62.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. 3. ed. [S.l.]: IFLA, 2005. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

LIMA, Rita de Cassia Breda Mascarenhas. **Bibliotecas Escolares: Realidades, Práticas e Desafios para formar leitores**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24639/1/Tese%20final.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **O ensino e a biblioteca**. 1ª Conferência da Série Educação e Biblioteca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

LÜDKE, M. André, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, L.R.S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 1, nº 1, 2008

MANGUEL, Alberto. **No bosque do espelho**: ensaios sobre as palavras e o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARIA, Luiza de. **Leitura e colheita**. Livros, leitura e formação de leitores. Petrópolis: vozes, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; Theophilo, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MILANESI, Luís. **O que é a biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORAIS, E. M. da C. **Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2009. 181 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84KPUC>. Acesso em: 12 jan. 2023.

NEGRINI, P. P. **Enjaulado**: o amargo retrato de um condenado pelo sistema penal. Rio de Janeiro Gryphus, 2009.

NÓBREGA, S. P. G. **Leitura e tratamento do texto literário na aula de Português: Espaço(s) e Modo(s) de Intervenção**. Tese de Doutorado. Coimbra: Faculdade de Letras. 2014

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca fora do tempo**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

ONOFRE, E. M. C., & Julião, E. F. **A educação na prisão como política pública**: entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (organizadora). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PAIVA, Jane. Imaginando uma EJA que atenda a demandas de cidadania, equidade, inclusão e diversidade. **Currículo sem fronteiras**. v.19, n. 3, p. 1142-58, set./dez. 2019.

PAULO, Â. M.; HORA NETO, J. A. A importância do Espaço Escolar para o ensino-aprendizagem a luz de um estudo de caso. **Revista Galo**, n. 4, p. 217–230, 12 dez. 2021

PEREIRA, Antônio. A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional Brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 24, p. 245-252, jan. 2021

PEREIRA, Antônio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20214/10790>. Acesso em: 23 jul. 2023

PETIT, M. **Leituras do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013

PETIT, Michele. **jovens e a leitura**, Os. São Paulo: Editora 34, 2008.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 15 ed. São Paulo: Ática, 2000.

PRADO, G. M. Bibliotecas comunitárias como território de memória interagindo práticas da aprendizagem e mudanças. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, dez. 2009.

PROENÇA, Débora Maria. **Remição pela leitura**: o letramento necessário ressignificando a educação na prisão. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2015.

RANGEL, Anna Judith. **Violações aos direitos humanos dos encarcerados no Brasil**: perspectiva humanitária e tratados internacionais. JUSBRASIL, Brasil, p.1-14, jan. 2014. Disponível em: <https://ninhajud.jusbrasil.com.br/artigos/123151293/violacoes-aos-direitos-humanos-dosencarcerados-no-brasil-perspectiva-humanitaria-e-tratados-internacionais>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RIBEIRO, Bruno de Moraes. **A função da Reintegração social da pena privativa de liberdade**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed, 2008.

SILVA NETO, Epitácio Gomes; LEITE, Francisca das Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à Informação e a Cidadania. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. v. 25, n.1, 2015, p.47-58

SILVA, Ezequiel T. **Leitura & realidade brasileira**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. **Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira**: algumas considerações. **Revista Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023/10442>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, R.; MOREIRA, F.A. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, 2011.

SILVA, Roberto da. Por uma política nacional de educação para os regimes de privação de liberdade no Brasil. In. LOURENÇA, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice

Maria Camarosano (Orgs.). **Espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoque e perspectivas contemporâneas**. São Carlos, SP: EDUFCar, 2011. p. 81-118

SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C.D. **O profissional bibliotecário como mediador do acesso à informação e cidadania em bibliotecas prisionais**. Universidade Federal do Piauí, Piauí, v. 1, n. 1, 17 jun. 2012.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 4. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36123>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 2000

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TEIXEIRA, A. S. O problema do prédio escolar. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 5-6, 30 mar. 1934.

TODOROV, T. **A Literatura em Perigo**. Rio de Janeiro. DIFEL, 2010.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2004. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009\\_LeandroLopesTrindade.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VAZQUEZ, Eliane Leal. **Sociedade Cativa**. Entre cultura escolar e cultura prisional: uma incursão pela ciência penitenciária. Dissertação de Mestrado. 163 fls. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva. **O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)**. UFES. 2022.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)  
MESTRADO ACADÊMICO**

A presente entrevista está vinculada à pesquisa intitulada BIBLIOTECA PRISIONAL: UM CAMINHO PARA A LIBERDADE. As informações produzidas irão integrar a dissertação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Brêda Mascarenhas Lima. O objetivo da pesquisa é analisar a contribuição da biblioteca no processo de ressocialização a partir das impressões e expectativas dos privados de liberdade do Conjunto Penal de Feira de Santana e de outros sujeitos nela envolvidos.

Para contribuir com as etapas do processo, convidamos você, caro aluno do Colégio Estadual Paulo VI Anexo I Conjunto Penal de Feira de Santana, para participar desta pesquisa. Lembramos que sua participação nesse processo será de forma totalmente voluntária e que, a qualquer momento, poderá solicitar a sua exclusão do processo de pesquisa. De igual modo, ratificamos que as informações apresentadas serão utilizadas apenas para a construção de dados para a pesquisa já apresentada e os resultados serão socializados com os colaboradores através da apresentação e entrega dos resultados a todos envolvidos.

Agradecemos sua participação.

**ROTEIRO 1****Conhecendo o leitor colaborador:**

1. Por qual nome você deseja ser mencionado ao apresentarmos os resultados desta pesquisa? \_\_\_\_\_

2. Qual gênero corresponde a sua identificação:

Masculino       Feminino       Outro       Prefiro não informar

3. Qual a sua idade?

- ( ) Menor do que 25 anos
- ( ) 25- 29 anos
- ( ) 31-40 anos
- ( ) 41-50 anos
- ( ) 51-60 anos
- ( ) Mais de 61 anos

4. Você está no CFS há quanto tempo? \_\_\_\_\_

5. Você frequentava alguma escola antes de vir para o CPFS? Qual? Em qual município? \_\_\_\_\_

6. Em qual série/ano você está matriculado? \_\_\_\_\_

#### **Dialogando sobre leitura:**

1. Você gosta de ler?
2. Quais foram os principais fatores que contribuíram para que você se tornasse leitor?
3. Com qual frequência você visita a biblioteca?
4. Qual a quantidade de livros que você costuma pegar a cada visita à biblioteca?
5. Que livro você gostou de ter lido?
6. Qual foi o último livro que você leu?
7. Como você completaria a frase, eu leria com mais frequência se:
8. Existem barreiras para a prática de leitura no CPFS? Quais?
9. Antes da sua mudança para o pavilhão 1 você tinha acesso à leitura?
10. A biblioteca tem qual significado para você?
11. Na sua opinião, a biblioteca dispõe de funcionários qualificados para constituir um espaço de leitura e prazer?
12. Você acredita que a biblioteca cumpre o papel de suporte cultural para o leitor do Conjunto Penal de Feira de Santana?

13. A biblioteca contribuiu de forma significativa para que você se tornasse leitor?
14. Você lê no ambiente da biblioteca ou tem como costume pegar o livro e ler em outro ambiente?
15. Você sente falta da biblioteca nas férias escolares?
16. O que você sugere para melhorar o funcionamento da biblioteca?
17. O que você sabe sobre remição de pena pela leitura?
18. Você considera que a biblioteca pode ser um caminho para a liberdade? Como?

## ROTEIRO 2

### Conhecendo colaborador responsável pela biblioteca:

1. Por qual nome você deseja ser mencionado ao apresentarmos os resultados desta pesquisa? \_\_\_\_\_

2. Qual gênero corresponde a sua identificação:

Masculino       Feminino       Outro       Prefiro não informar

3. Qual a sua idade?

Menor do que 25 anos

25 - 29 anos

31 - 40 anos

41 - 50 anos

51 - 60 anos

Mais de 61 anos

4. Até qual série/ano você estudou? \_\_\_\_\_

### Dialogando sobre leitura e biblioteca:

1. Você gosta de ler?
2. O que te motiva a ler?
3. Quais os assuntos que você mais gosta de ler?

4. Qual a sua relação com os livros e a leitura antes de estar no CPFS?
5. Qual foi o último livro que você leu?
6. Você acredita que a leitura pode proporcionar a ressocialização?
7. Para você o que significa trabalhar na biblioteca?
8. Como foi a escolha para você trabalhar na biblioteca?
9. Explícite como se deu o início de sua atuação na biblioteca?
10. Como era a biblioteca quando você começou? E agora?
11. Quais são as principais atividades desenvolvidas na biblioteca?
12. O que você sente falta na biblioteca?
13. Quais sugestões você daria para melhorar o funcionamento da biblioteca?
14. Você acredita que a leitura efetivada dentro do presídio pode ajudar quando conseguir a liberdade? Como?
15. Você sente falta da biblioteca no período de férias escolares? Por quê?
16. O que você sabe sobre remição de pena pela leitura? Se aqui tivesse você gostaria de participar?
17. Tem alguma coisa que você queria me contar, dizer sobre leitura, biblioteca ou um fato/acontecimento?

### ROTEIRO 3

#### Conhecendo o Bibliotecário:

1. Nome (opcional): \_\_\_\_\_
2. Qual gênero corresponde a sua identificação:  
 Masculino       Feminino       Outro       Prefiro não informar
3. Qual a sua idade?  
 Menor do que 40 anos  
 41-50 anos  
 51-60 anos  
 Mais de 61 anos

4. Qual a sua formação? \_\_\_\_\_

5. Qual função você exerce? \_\_\_\_\_

6. Há quanto tempo exerce essa função? E no CPFS? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **Dialogando sobre leitura e biblioteca**

1. Qual o seu vínculo com a biblioteca do Colégio Paulo VI no conjunto Penal de Feira de Santana?
2. Em quais condições você encontrou a biblioteca quando começou trabalhar?
3. Você já havia trabalhado numa biblioteca prisional? Como descreve sua experiência?
4. Qual a sua relação com os colaboradores da biblioteca? Como foi a escolha desses colaboradores?
5. Quais as principais dificuldades para o bom funcionamento da biblioteca?
6. Qual sua opinião sobre o acervo da biblioteca? Atende as expectativas e procura dos leitores? E o mobiliário?
7. Existe alguma regra/norma para a escolha do acervo?
8. Qual sugestão você daria para o melhor funcionamento da biblioteca?
9. A atuação do bibliotecário no contexto prisional exige algumas habilidades, competências ou atitudes específicas?
10. Você considera que a literatura pode ser um instrumento de ressocialização? Por quê?
11. O que você conhece sobre remição de pena pela leitura?
12. Relate sobre os principais desafios em atuar numa biblioteca em sistema fechado como o CPFS?

## ANEXO A – ESTATÍSTICAS DE EMPRÉSTIMO 2017 - 2022

**CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA / COL. EST. PAULO VI**  
**BIBLIOTECA PAULO FREIRE - ESTATÍSTICAS 2017 A 2022**

ANOS	ESCOLARIDADE				FAIXA ETÁRIA						TURNO		EMPRÉSTIMO
	INF	FUND.	MED.	SUP.	<16	17/21	22/35	36/50	51/60	>60	MAT.	VESP.	
2017	15	104	107	14	0	7	51	151	20	11	223	17	240
2018	5	65	208	16	0	3	78	151	23	39	115	179	294
2019	0	77	370	120	0	12	153	286	60	56	341	226	567
2021	10	28	79	2	0	1	40	48	16	14	96	23	119
2022	0	28	579	50	0	6	258	209	138	46	373	284	657
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>302</b>	<b>1.343</b>	<b>202</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>580</b>	<b>845</b>	<b>257</b>	<b>166</b>	<b>1.148</b>	<b>729</b>	<b>1.877</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>6</b>	<b>60,4</b>	<b>268,6</b>	<b>40,4</b>	<b>0</b>	<b>5,8</b>	<b>116</b>	<b>169</b>	<b>51,4</b>	<b>33,2</b>	<b>229,6</b>	<b>145,8</b>	<b>375,4</b>

ÁREAS DE CLASSIFICAÇÃO													
ANOS	SEM CLASSIFICAÇÃO (0.00)	LIT. INFANTIL (028)	FILOSOFIA (100)	RELIGIÃO (200)	CIÊNCIAS SOCIAIS (300)	LÍNG. E LINGUAGEM (400)	CIÊNCIAS (500)	TECNOLOGIA (600)	ARTES (700)	LITERATURA (800)	GEOGRAFIA / HISTÓRIA (900)	REVISTAS	JORNAIS
2017	15	7	21	14	32	0	3	16	1	114	17	0	0
2018	8	13	41	40	36	2	8	14	3	109	20	0	0
2019	17	16	62	57	50	5	3	17	4	299	36	1	0
2021	32	0	16	10	10	2	6	7	5	20	11	0	0
2022	49	7	67	56	131	37	2	26	15	250	17	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>43</b>	<b>207</b>	<b>177</b>	<b>259</b>	<b>46</b>	<b>22</b>	<b>80</b>	<b>28</b>	<b>792</b>	<b>101</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>24,2</b>	<b>8,6</b>	<b>41,4</b>	<b>35,4</b>	<b>51,8</b>	<b>9,2</b>	<b>4,4</b>	<b>16</b>	<b>5,6</b>	<b>158,4</b>	<b>20,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0</b>

OBS: O ano de 2020 não consta na tabela, em virtude do não funcionamento da Biblioteca PF/CPFS, em decorrência da Pandemia do COVID-19.

OBS: O ano de 2021, teve início das suas atividades, no mês de Setembro.



Fonte: Conjunto Penal de Feira de Santana (2023).

ANEXO B – CONTROLE DE EMPRÉSTIMOS DE LIVROS DA BIBLIOTECA

22/02/23 A 22/05/23

Fevereiro 27/02/23      Março 01/03/23      Abril 03/04/23      Maio 02/05/23      2023

**CONTROLE DE EMPRÉSTIMO DE LIVROS DA BIBLIOTECA**

NOME DO INTERNO 23	PAV	CELA	ESCOLARIDADE	IDADE	TURNO	TÍTULO DO LIVRO	AUTOR	CLASSIFICAÇÃO	DATA EMPRÉSTIMO	DATA DEVOLUÇÃO
	01		EM	43	VESP	TOTAL = 18 <sup>2</sup>	VÁRIOS = AT-ALL	ROMANOS INGLESA	ROM. AMERICANA	LITER. BRASILEIRA...
	01		EM	66	VESP	TOTAL = 15 <sup>2</sup>	VÁRIOS = AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	LITER. BRASILEIRA	VÁRIOS...
	01		EM	55	VESP	TOTAL = 12 <sup>2</sup>	AT-ALL	CIÊNCIAS	FILOSOFIA	ROMAN. LITERATURA
	01		EM	29	VESP	TOTAL = 08	AT-ALL	LITERATURA	GEOGRAFIA	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	35	MAT	TOTAL = 12 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	CIÊNCIAS TEC.	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	49	MAT	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	FILOSOFIA	POESIA...
	01		EM	59	VESP	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	DIDÁTICOS	FILOSOFIA	CIÊNCIA. MATEMAT.
	01		EM	39	VESP	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. INGLÊS	POESIA	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	52	MAT	TOTAL = 08	AT-ALL	DIDÁTICOS	POESIA	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	35	VESP	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	POESIA	LITER. BRASILEIRA	VÁRIOS...
	01		EM	29	VESP	TOTAL = 12 <sup>2</sup>	AT-ALL	FILOSOFIA	RELIGIÃO	GENERALIDADES
	01		EM	32	MAT	TOTAL = 12 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. INGLÊS	FILOSOFIA	RELIGIÃO...
	01		EM	33	MAT	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	FILOSOFIA	RELIGIÃO	GENERALIDADES
	01		EM	51	MAT	TOTAL = 12 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	GEOGRAFIA	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	34	MAT	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	FILOSOFIA	RELIGIÃO...
	01		EM	28	MAT	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	POESIA	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	74	MAT	TOTAL = 05	AT-ALL	DIDÁTICOS	MATEMÁTICA	CIÊNCIA. MATEM.
	01		EM	24	VESP	TOTAL = 09	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	INGLÊS	CIÊNCIAS TEC.
	01		EM	54	VESP	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	GENERALIDADES	LINGUAS	ROMAN. AMERICANA
	01		EM	56	MAT	TOTAL = 06	AT-ALL	FILOSOFIA	RELIGIÃO	CIÊNCIAS
	01		EM	28	MAT	TOTAL = 10 <sup>2</sup>	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	ROMANCE	INGLÊS. VÁRIOS...
	01		EM	52	VESP	TOTAL = 05	AT-ALL	ROMAN. AMERICANA	INGLÊS	LITER. BRASILEIRA
	01		EM	25	VESP	TOTAL = 05	AT-ALL	POESIA...	ROMAN. AMERICANA	LITER. BRASILEIRA

Fonte: Conjunto Penal de Feira de Santana (2023).